

**FACULDADES EST  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA**

**LUZIA SOARES DA SILVA**

**INCLUSÃO SOCIAL CONTINUADA POR MEIO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO  
SOBRE O PRÉ-ENEM PIRAMBU NO PERÍODO DE 2010 A 2014**

**SÃO LEOPOLDO**

**2018**



**LUZIA SOARES DA SILVA**

**INCLUSÃO SOCIAL CONTINUADA POR MEIO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO  
SOBRE O PRÉ-ENEM PIRAMBU NO PERÍODO DE 2010 A 2014**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Atuação: Educação Comunitária com Infância e Juventude

Orientadora: Professora Doutora Gisela Isolde Waechter Streck

**SÃO LEOPOLDO**

**2018**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i Silva, Luzia Soares da  
Inclusão social continuada por meio da educação: um estudo sobre o PRÉ-ENEM PIRAMBU no período de 2010 a 2014/ Luzia Soares da Silva; orientadora Gisela Streck. – São Leopoldo : EST/PPG, 2018.  
97 p. ; 31 cm

Dissertação (Mestrado) – Faculdades EST. Programa de Pós-Graduação. Mestrado em Teologia. São Leopoldo, 2018.

1. Educação. 2. Inclusão escolar. 3. Políticas educacionais. I. Streck, Gisela I. W. (Gisela Isolda Waechter). II. Título.

Ficha elaborada pela Biblioteca da EST

**LUZIA SOARES DA SILVA**

**INCLUSÃO SOCIAL CONTINUADA POR MEIO DA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO  
SOBRE O PRÉ-ENEM PIRAMBU NO PERÍODO DE 2010 A 2014**

Trabalho Final de  
Mestrado Profissional  
Para obtenção do grau de  
Mestra em Teologia  
Faculdades EST  
Programa de Pós-Graduação em Teologia  
Linha de Pesquisa: Educação Comunitária com Infância e Juventude

Data da aprovação: 21 / 05 / 2018

---

Gisela Isolde Waechter Streck – Doutora em Teologia – Faculdades EST

---

Laude Erandi Brandenburg – Doutora em Teologia – Faculdades EST

---

Rosangela Fritsch – Doutora em Educação - UNISINOS



“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”

Cora Coralina



## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar, a Deus por permitir uma vida plena em abundância. Pela sabedoria de agir com discernimento, pela coragem de caminhar e a perseverança de não desistir diante do novo.

A Professora Doutora Gisela Isolde Waechter Streck pela atenção, disponibilidade, paciência, carinho e dedicação, tanto durante as aulas, quanto nas orientações. Que Deus a recompense!

A Faculdades EST por nos proporcionar um ensino de qualidade, e aos professores doutores e às professoras doutoras que se dispuseram a dividir conosco seus conhecimentos.

Ao Pastor Antônio Carlos Oliveira por alimentar nosso espírito por meio da palavra de Deus e nos proporcionar belíssimos momentos de reflexão.

Ao meu filho Rafael Silva Alves pela compreensão e incentivo. Minha sobrinha Verônica Sales dos Santos, que com paciência escuta minhas lamúrias, bem como ao meu companheiro Gabriel Alves dos Santos (*in memoriam*) pelas palavras incentivadoras que ainda hoje permanecem ecoando em minha mente.

A minha amiga Maria Aline da Silva Batista pelas palavras de incentivo e ajuda.

Aos monitores e monitoras do PEPI, estudantes do IFCE que de alguma forma contribuíram para a realização desta pesquisa.

Ao IFCE por me incentivar a ascender academicamente.



## RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma investigação tipo “pesquisa documental” sobre o Pré-ENEM Pirambu (PEPI) como instrumento de inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade ao ensino superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Sabe-se que a educação brasileira há muito tempo vem sendo motivo de discussão devido ao baixo nível de qualidade. É notório também que os investimentos proporcionados sempre foram insuficientes para se ter essa qualidade. O IFCE, sensível a esse dilema, implementou o PEPI na perspectiva de amenizar o déficit e assegurar a oferta de um melhor ensino, por meio de ações pedagógicas voltadas às camadas sociais que vivem na condição de excluídas. A fim de se chegar aos resultados da pesquisa foram consultados diversos autores e autoras, documentos acadêmicos dos e das estudantes, que participaram do PEPI; relatórios de metas alcançadas, no período de 2010 a 2014. Com os resultados da análise documental, confrontando-se com o referencial teórico chegou-se as seguintes conclusões: a educação brasileira necessita de avanços para que seja considerada inclusiva; existem muitas políticas públicas que não estão sendo aplicadas em prol da inclusão social; há uma disparidade entre a quantidade de ingressantes em faculdades e universidades privadas e a quantidade de estudantes que ingressaram no ensino superior em instituições públicas, principalmente ao IFCE; o desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes que participaram do PEPI, apresentam expressivas transformações de atitude dessa clientela que, ao adquirir mais conhecimentos vem contribuindo com o desenvolvimento socioeconômico e cultural da comunidade do Pirambu e adjacências por meio dos projetos sociais.

**Palavras-chave:** Educação, Inclusão, Projeto Social.



## ABSTRACT

This paper presents the results of a “documental research” type of investigation about the Pirambu Pre-ENEM (PEPI) as an inclusion instrument of youth in situations of vulnerability in the higher education program of the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). It is known that Brazilian education has, for a long time been a motive of discussion because of its low-quality level. It is also notorious that the investments directed toward this have always been insufficient to grant a better quality. The IFCE, sensitive to this dilemma, implanted the PEPI in the perspective of diminishing the deficit and granting the offer of better education through pedagogical actions aimed at the social layers which live in the condition of excluded. To achieve the results of the research various authors were consulted as well as academic documents of the students who participated in the PEPI and reports of goals reached in the period from 2010 to 2014. With the results of the documental analysis, confronted with the theoretical referential we arrived at the following conclusions: Brazilian education needs advances to be considered inclusive: there are many public policies which are not being applied in favor of social inclusion; there is a disparity between the quantity of students enrolled in private colleges and universities and the quantity of students who enrolled in higher education in public institutions, especially in the IFCE; the academic and professional performance of the students who participated in the PEPI presented expressive transformations of attitude of this clientele, who, upon acquiring more knowledge, are contributing with the socio-economic and cultural development of Pirambu and the surroundings through social projects.

**Keywords:** Education, Inclusion, Social Project.



## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	17
2 INCLUSÃO SOCIAL: UMA AÇÃO GESTADA NOS DISPOSITIVOS LEGAIS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS .....	21
2.1 Inclusão versus exclusão: conhecendo e compreendendo os conceitos para coibir os preconceitos .....	21
2.2 Dispositivo legal: uma perspectiva de mudança nos paradigmas educacionais .....	31
2.3 Políticas públicas: utopia ou realidade?.....	35
3 RETROSPECTIVA HISTÓRICA: APRESENTANDO OS PARCEIROS, (RE) MEMORANDO AS AÇÕES E DESCREVENDO O PEPI COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL .....	43
3.1 Os parceiros: uma Instituição Pública ao lado de uma OSC em buscados mesmos ideais .....	43
3.2 (Re) memorando e descrevendo ações voltadas à causa social.....	47
3.3 PEPI: uma ferramenta que visa à inclusão social.....	54
4 ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS ORIUNDAS DO PEPI .....	67
4.1 Quantidade de pessoas ingressantes nas Instituições de Ensino Superior.....	67
4.2 Quantidade de pessoas ingressas versus egressas e o histórico de evasão e reprovação	75
4.3 Transformações ocorridas na vida acadêmica e profissional da clientela oriunda do PEPI, após ingressarem no ensino superior do IFCE.....	81
5 CONCLUSÃO .....	89
REFERÊNCIAS .....	93





## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho é fruto da investigação sobre a inclusão de jovens residentes em bairros periféricos de Fortaleza, tendo como tema inclusão social continuada por meio da educação: um estudo sobre o Pré-ENEM/Pirambu (PEPI), no período de 2010 a 2014.

O tema tem grande relevância, porque discorre sobre a inclusão social no ensino superior de jovens em vulnerabilidade. Trata-se de um tema bastante oportuno, porque decorre dos conceitos e do resultado da educação proporcionada aos e às estudantes oriundos e oriundas de escolas públicas que participaram do PEPI e ingressaram em instituições de ensino superior, principalmente no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE).

Ingressar no ensino superior tornou-se o sonho para muitos e muitas jovens, mas nem sempre esse sonho é concretizado, pois os processos seletivos são bastante concorridos e exigem das pessoas um vasto grau de conhecimento, competências e habilidades múltiplas. O IFCE, com o intuito de cumprir o seu papel social, implementou o PEPI, para que jovens oriundos e oriundas de comunidades em situação de vulnerabilidade também tenham acesso aos cursos de graduação ofertados pelas faculdades e universidades, da rede pública e privada.

Desde 2005, o IFCE vem desenvolvendo essa ação inclusiva, em parceria com o Movimento Emaús, a fim de reduzir as disparidades sociais, historicamente construídas entre as pessoas que residem no bairro Pirambu e adjacências, bem como na tentativa de democratizar o acesso a esse nível de ensino.

A pesquisa teve como objetivo geral investigar o Pré-ENEM/Pirambu (PEPI) como instrumento de inclusão de jovens em vulnerabilidade no ensino superior do IFCE. Tendo como foco principal de estudo, a inclusão social continuada por meio da educação proporcionada aos e às estudantes oriundos e oriundas de escolas públicas que participaram do PEPI, no período de 2010 a 2014, ingressantes no ensino superior do IFCE.

O objetivo geral serviu de orientação para o surgimento dos objetivos específicos que se propuseram a compreender o conceito de inclusão social na educação superior; investigar a quantidade de ingressos nos cursos do IFCE, oriundos do PEPI e se esses e essas estudantes tiveram um bom desempenho em suas atividades acadêmicas e profissionais; verificar se a quantidade de ingressos é o mesmo de egressos e egressas, ou se houve evasão e reprovação,

e por último, identificar as transformações ocorridas na vida acadêmica dos e das estudantes do IFCE, ex-participantes do PEPI.

Na perspectiva de chegar aos resultados deste trabalho, foram feitos vários questionamentos tais como: o PEPI tem contribuído, expressivamente com a inserção dos e das estudantes da rede pública, nas faculdades e universidades? Nos anos de 2010 a 2014, houve muitas aprovações de estudantes oriundos do PEPI? Os e as estudantes que ingressaram no ensino superior do IFCE, remanescentes do PEPI sentiram dificuldades pedagógicas? Há histórico de repetência e de evasão desse grupo? A proporção entre ingressos é equivalente a egressos e egressas? O PEPI tem contribuído para a inclusão de jovens em vulnerabilidade?

Como base teórica, foram pesquisados autores e autoras de renome conforme aparecem no corpo deste trabalho, a fim de fundamentar e complementar os pensamentos e assertivas, e que se encontram na bibliografia apresentada no final deste trabalho. Esses autores e essas autoras foram também de fundamental importância para que se pudessem compreender os conceitos utilizados nesta pesquisa.

A investigação também buscou compreender as políticas públicas educacionais, mediante legislação vigente, assim como os programas que congregam ações de extensão que visam à inclusão, transformação e equidade, principalmente das pessoas jovens residentes em bairros periféricos que carregam o estigma de violentos.

No desenho metodológico, os primeiros dias foram de muito estudo, a fim de compreender os conceitos de inclusão/exclusão para que fossem empregados de forma compreensiva. Além das leituras, também foram realizados dois levantamentos junto ao IFCE. O primeiro, na Coordenadoria de Controle Acadêmico (CCA), onde foram coletados os dados dos e das estudantes das turmas dos anos de 2010 a 2014.

O segundo levantamento ocorreu junto à Coordenadoria de Acompanhamento de Estágios e Avaliação de Egressos (CAE), onde se buscou identificar os e as estudantes que realizaram estágio obrigatório. Este levantamento foi de suma importância, porque foi constatado o desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes, analisando-se a aplicabilidade dos saberes adquiridos no IFCE.

Dessa forma, após a análise dos dados coletados e da pesquisa bibliográfica, elaborou-se esta produção científica, contendo os resultados do PEPI como uma ação de extensão realizada pelo IFCE por meio da Diretoria de Extensão, junto às comunidades em

situação de vulnerabilidade social; na perspectiva de servir para fortalecer o desenvolvimento de políticas sociais mais consistentes no âmbito da instituição.

Para a efetivação da pesquisa utilizou-se também, como base de dados, o registro escolar dos e das estudantes ex-participantes do PEPI, os relatórios de metas alcançadas, os relatórios de estágios das empresas; livros, revistas, artigos e sites. Todo o material bibliográfico, selecionado e fichado, serviu de fundamentação para este trabalho, que ora se apresenta organizado em quatro capítulos, trazendo uma sequência da proposta apresentada no projeto de pesquisa.

O segundo capítulo é constituído por conceitos de inclusão com base nas definições de vários autores e autoras de renome, bem como em documentos legais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Criança e do Adolescente; e ainda das Políticas Públicas voltadas para a educação inclusiva.

O terceiro traz uma breve retrospectiva histórica da parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e o Movimento Emaús Amor e Justiça, unidos na perspectiva de promover ações sociais que visem à transformação e a inclusão de uma parcela da sociedade. Esse capítulo traz também uma descrição do Pré-ENEM Pirambu (PEPI) como um instrumento de inclusão social.

O último capítulo está voltado para o foco principal da pesquisa. Nele está a análise dos resultados alcançados pelo PEPI, no período de 2010 a 2014; com a quantidade de pessoas que ingressaram em instituições de ensino superior (IES); o número de ingressos nos cursos do IFCE com o histórico de repetência, reprovação e evasão; bem como o desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes do IFCE, ex-participantes do PEPI.

A motivação para realizar esta pesquisa foi o entusiasmo de monitores e monitoras, ex-participantes do PEPI, que são estudantes do IFCE; o envolvimento e desejo desses e dessas jovens em contribuir com a formação de pessoas jovens que se encontram à margem da sociedade, sem nenhuma perspectiva de crescimento pessoal e profissional. Assim como as inquietações provocadas, principalmente por se tratar da inclusão de pessoas que se encontravam na condição de excluídas.

A esperança é que esta pesquisa possa contribuir com a construção de novos conhecimentos teóricos e práticos, capazes de colaborar com o desenvolvimento e o fortalecimento de novas ações de cunho social, bem como contribuir para possíveis discussões

que visem o aprimoramento para a apreensão de novos conceitos e referenciais básicos de valores e princípios necessários à esfera educacional; elaboração e assimilação do conhecimento nas diversas áreas do saber.

## 2 INCLUSÃO SOCIAL: UMA AÇÃO GESTADA NOS DISPOSITIVOS LEGAIS E NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Nas últimas décadas tem-se discutido bastante acerca da inclusão/exclusão, principalmente no tocante a educação superior. Assim, vários autores foram consultados, na tentativa de entender melhor o significado e o uso exacerbado desses termos. Consultaram-se também documentos legais, como a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei Brasileira de Inclusão e o Estatuto da Criança e do Adolescente; bem como as Políticas Públicas voltadas para a educação inclusiva.

### 2.1 Inclusão versus exclusão: conhecendo e compreendendo os conceitos para coibir os preconceitos

Os vocábulos exclusão/inclusão estão, aparentemente, interligados. Apesar de terem sentido antagônico, quase sempre esses termos aparecem juntos, porque um está atrelado ao outro. “Pensar em inclusão social nos remete, necessariamente ao seu reverso: a exclusão social”<sup>1</sup>, pois só existe inclusão porque existem excluídos. Esses conceitos “[...] trazem implícita a generalização de uma noção contemporânea de direitos humanos”.<sup>2</sup>

Segundo Padilha, “Os conceitos de exclusão e de inclusão social não se configuram, porém, da mesma forma em todos os tempos e lugares – são de naturezas diferentes, mesmo que as origens possam estar no processo de globalização da economia”.<sup>3</sup> Esta autora dedicou quase uma página inteira de sua obra, a relevantes conceitos que irão ajudar na compreensão do significado de inclusão. Conforme Padilha,

Incluir é dar condições, pensar estas condições, planejá-las e replanejá-las. Para incluir é preciso ter uma visão crítica de mundo, estudar o mundo, reconhecer-se parte dele – produto e produtor da cultura. Incluir não é só colocar crianças na sala de aula – que criança? Que sala? Que aula? -, é planejar com base nas necessidades locais.

<sup>1</sup> LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. p. 8.

<sup>2</sup> PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. *Inclusão social na educação superior*, texto apresentado originalmente no 1º Seminário Internacional de Educação Superior dos Países de Língua Portuguesa, ocorrido em maio de 2009, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Encontra-se no prelo, para ser publicado como capítulo da Enciclopédia de Educação Superior nos Países de Língua Portuguesa, organizado por Marília Costa Morisini (PUC/RS). p. 239. Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/viewFile/157/198>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

<sup>3</sup> PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013 – Coleção educação contemporânea. p. 99.

Incluir é denunciar as mentiras e a ilusão, é ter utopias e fazê-las realidade. Incluir é sentir-se incluído, é ter amor-próprio e saber valer seus direitos cumprindo seus deveres. Incluir é ver mais de perto, reparar, olhar para os detalhes, imaginar possibilidades, juntar-se a outros. Incluir é também excluir – incluir criança na escola é excluir formas incompatíveis de tê-las na escola. Incluir deficientes nos sistemas de ensino é excluir preconceitos de nossas vidas. É excluir de nossa agenda cultural a crença no sistema capitalista e neoliberal. Incluir alunos na escola no bairro, na cidade, no estado e no país é excluir o tempo de espera no qual muitos de nós estamos. Incluir é saber-se capaz de entender que a história não acabou e ninguém deve fazer, por nós, a nossa história.<sup>4</sup>

Esses conceitos trazem um significado muito forte no que diz respeito ao ato de incluir. Quando a autora diz que “incluir é também excluir”, no primeiro momento causa espanto, mas se forem excluídas do meio social, a opressão, o preconceito, a discriminação, a indiferença, as desigualdades, as injustiças, as corrupções; enfim, tudo que prejudica o bem-estar social da humanidade, com certeza, as pessoas que se encontram na condição de excluídas, automaticamente serão incluídas.

O mundo seria bem mais justo e mais humano se não existissem pessoas na condição de excluídas. “O termo inclusão já traz implícito a ideia de exclusão, pois só é possível incluir alguém que já se encontra excluído. [...]. A inclusão está respaldada na dialética inclusão/exclusão, como a luta das minorias na defesa de seus direitos”.<sup>5</sup>

A educadora Maria Teresa Égler Mantoan<sup>6</sup> define inclusão como a “capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”.<sup>7</sup> Acrescenta ainda que, “inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Para Teixeira, “[...] a inclusão passou a substituir a erradicação da pobreza como meta dos diversos agentes responsáveis pelo desenvolvimento socioeconômico de nações, regiões e localidades”.<sup>8</sup>

<sup>4</sup> PADILHA, 2013, p. 108.

<sup>5</sup> RIBEIRO, Vagno Batista. *Aportes conceituais sobre a dialética inclusão/exclusão: possibilidades de convivência com a diversidade no espaço escolar*. São Leopoldo: EST/PPG, 2012. p. 11.

<sup>6</sup> Pedagoga, mestre e doutora em Educação, professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. Dedicou-se, nas áreas de pesquisa, docência e extensão, ao direito incondicional de todos os alunos e todas as alunas à educação escolar de nível básico e superior de ensino. Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educacional no Grau de Cavaleiro – Reconhecimento à contribuição à Educação no Brasil. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>7</sup> CAVALCANTE, Meire. *Inclusão promove a justiça*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>8</sup> TEIXEIRA, Cristina. *Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea* SBS – XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA GT 03 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. p. 2. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15982635-Sbs-xii-congresso-brasileiro-de-sociologia-gt-03-educacao-e-sociedade.html>>. Acesso em: 08 fev. 2017.

Na compreensão de Pena, “a inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade”.<sup>9</sup> Para o autor, “[...] falar de inclusão é falar de democratizar os diferentes espaços para aqueles que não possuem acesso direto a eles”. O autor ressalta também que:

[...] se uma pessoa é de determinada etnia, ou cor, ou se ela possui algum tipo de deficiência física ou é portadora de necessidades especiais, ela não é automaticamente uma pessoa socialmente excluída. No entanto, se a sociedade não oferece condições e faz com que qualquer uma dessas características torne-se um impeditivo à liberdade humana, então há um caso de exclusão social. A inclusão social, nesse contexto, transformou-se em um objetivo a ser perseguido por várias pessoas, em forma de luta.

Paulon, Freitas e Pinho inferem que:

A inclusão é percebida como um processo de ampliação da circulação social que produza uma aproximação dos seus diversos protagonistas, convocando-os à construção cotidiana de uma sociedade que ofereça oportunidades variadas a todos os seus cidadãos e possibilidades criativas a todas as suas diferenças.<sup>10</sup>

A dialética inclusão/exclusão, por sua natureza, traz uma ideia de busca ou conquista coletiva por direitos e bens reprimidos ou negados socialmente; como é o caso do direito a moradia, saúde, educação e lazer. No tocante à educação, até bem pouco tempo, esse direito era negado às pessoas que apresentavam algum tipo de deficiência física, mental ou intelectual.

Ultimamente só está sendo possível incluí-las na esfera educacional, mediante as lutas dos movimentos reivindicatórios. Dessa forma, “[...] a inclusão é um movimento de abrangência global que reúne pessoas na luta em favor das pessoas PNEES e seus familiares na busca dos seus direitos e de um lugar na sociedade”.<sup>11</sup>

Para Ribeiro, a “inclusão depende de mudança nos valores da sociedade em que são processadas estas mudanças e a vivência de um novo paradigma não se faz com simples recomendações técnicas, [...]”.<sup>12</sup> Assim, inclusão é a ação de um grupo social, que busca intensamente mudanças de atitudes. Incluir é ter direito a igualdade de oportunidade, é gozar dos direitos proclamados pelas leis que regem uma nação; incluir é mais que integrar. Na

<sup>9</sup> PENA, Rodolfo F. Alves. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

<sup>10</sup> PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 34.

<sup>11</sup> RIBEIRO, 2012, p. 11.

<sup>12</sup> RIBEIRO, 2012, p. 13-14.

compreensão de Ribeiro, a integração só depende de quem precisa se adaptar; integrar é por para dentro, é fazer parte de.

Conforme a Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em resolução da III Sessão Ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, Artigo XXVII, “todo homem (ser humano) tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios”.<sup>13</sup>

Todas as pessoas, sem exceção, têm o direito de usufruírem, democraticamente, dos equipamentos, bens e serviços existentes na comunidade em que vivem; só assim terão possibilidades de se desenvolverem com equidade. Assim, “[...] os serviços e equipamentos públicos tornaram-se essenciais para conceder igual oportunidade a todos e todas”, mas, infelizmente, nem todas as pessoas gozam desse privilégio; “[...] somente parte reduzida da população tem condições de desenvolver plenamente suas aptidões”.<sup>14</sup>

É lamentável que ainda exista tanta disparidade social entre as camadas da população, em idade economicamente ativa, e que a maior parte desse público não consiga, de fato, desenvolver-se plenamente, porque lhe falta oportunidade e apoio, certamente essas pessoas permanecem privadas dos seus direitos, e, portanto, continuam excluídas socialmente.

Para Martins, “a sociedade moderna está criando uma grande massa de população sobrando, que tem pouca chance de ser de fato reincluída nos padrões atuais do desenvolvimento econômico”.<sup>15</sup> Na opinião do autor:

Essa reinclusão, porém, se dá no plano econômico: a pessoa consegue ganhar alguma coisa para sobreviver, mas não se dá no plano social. A pessoa não se reintegra numa sociabilidade ‘normal’. A reintegração não se dá sem deformações no plano moral; a vítima não consegue se reincluir na moralidade clássica, baseada na família, num certo tipo de ordem.<sup>16</sup>

Tal situação está impedindo cada vez mais os trabalhadores e as trabalhadoras de ocuparem seus espaços. Esses trabalhadores e essas trabalhadoras estão se tornando desprovidos e desprovidas dos bens comuns de atendimento social, bem como dos meios de sobrevivência e suprimento das suas necessidades básicas: moradia, transporte, educação e saúde.

---

<sup>13</sup> MARTINEZ, Paulo. *Direitos de cidadania: um lugar ao sol*. São Paulo: Scipione, 1996. p. 48.

<sup>14</sup> POCHAMANN, Marcio, [et. al.], (organizadores). *Atlas da exclusão*, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005. p. 25.

<sup>15</sup> MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 33.

<sup>16</sup> MARTINS, 1997, p. 33.



Essas pessoas estão sendo excluídas, e, portanto, postas para fora do processo de desenvolvimento; permanecendo sem nenhuma perspectiva de terem uma convivência digna. A maioria está sendo forçada a sair do seu habitat por falta de políticas públicas inclusivas. Para Martins:

O problema da exclusão começou a se tornar visível nos últimos anos porque começa a demorar muito a inclusão: o tempo que o trabalhador passa a procurar trabalho começou a se tornar excessivamente longo e frequentemente o modo que encontra para ser incluído é um modo que implica certa degradação.<sup>17</sup>

Essa população, infelizmente, está fadada a exclusão porque não tem perspectivas de conseguir emprego e renda; falta-lhe a oportunidade de progresso, porque não exerce nenhuma atividade laboral. Muitas delas recorrem aos cursos aligeirados em busca de ultrapassar os obstáculos que as impedem de estarem igualmente incluídas.

Na percepção de Martins, a sociedade está duplamente dividida: uma sociedade que detém o poder e outra que possui apenas a força de trabalho, ou seja, uma sociedade de exploradores e exploradoras e outra de explorados e exploradas. Na opinião do autor:

Uma alternativa includente provoca a necessidade de resolver, de criticar, de recusar a exclusão desta nossa sociedade; a recusa, sobretudo da dupla sociedade, uma sociedade daqueles que só têm obrigações de trabalho e não têm absolutamente mais nada, e uma sociedade daqueles que têm em princípio absolutamente tudo e nenhuma responsabilidade pelo destino dos demais.<sup>18</sup>

Acredita-se que: “A inclusão está ligada a todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades [...],”<sup>19</sup> pois “a inclusão social perpassa pelo atendimento das necessidades de todas as pessoas que, de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade”.<sup>20</sup> Deste modo, a “exclusão social passa a significar o processo de privação do acesso aos direitos sociais como um todo”.<sup>21</sup>

O conceito de igualdade que vem sendo proclamado pelas leis, não se configura legítimo e nem é reconhecido em sua totalidade como direito de todos os cidadãos e cidadãs; porque “a maior dificuldade atual não é o reconhecimento dos direitos, mas a sua conversão

<sup>17</sup> MARTINS, 1997, p. 32.

<sup>18</sup> MARTINS, 1997, p. 37.

<sup>19</sup> BARROS, Jussara. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>20</sup> PENA, Rodolfo F. Alves. *Inclusão social*.

Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

<sup>21</sup> BETONI, Camila. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

em realidade prática”.<sup>22</sup> Isto é, o direito que todos e todas têm de se incluir e de interagir na esfera social.

A palavra inclusão surgiu da necessidade de coibir os danos ocasionados pela “exclusão”. Porque como já foi citado, grande parte da população se encontra à margem da sociedade por não ter oportunidade, principalmente de educação formal, emprego e renda. Essas pessoas encontram dificuldades de serem incluídas no mundo do trabalho, porque muitas delas têm carência de habilidades e competências; às vezes desconhecem e não dominam as tecnologias da informação, sendo consideradas analfabetas funcionais e digitais.

Para Malaquias, esse é um tipo de exclusão do século atual. “[...] aquele que não domina a informática é um verdadeiro analfabeto, marginalizado pela rápida evolução tecnológica que possibilita o acesso à informação. O analfabetismo digital é um grande fator da exclusão [...]”<sup>23</sup>, porque contribui para “o surgimento do excluído digital, o marginalizado do século XXI”.

É certo que o uso do computador e da internet está se tornando imprescindível na vida laboral das pessoas, por ser a principal ferramenta das atividades diárias de quase todos e todas profissionais. Estas ferramentas estão presentes em diversas profissões, sejam elas simples ou com mais exigências de alto grau de formação. Todos e todas profissionais necessitam de conhecimentos tecnológicos para o desempenho de suas funções e relações sociais. “A Inclusão Digital é um meio para promover a melhoria da qualidade de vida, garantir maior liberdade social, gerar conhecimento e troca de informações”.<sup>24</sup>

As tecnologias da informação têm grande influência, porque alcançam grande número de pessoas de todas as camadas sociais; sejam por meio de sofisticados equipamentos ou por meio de um simples dispositivo móvel. O acesso à internet faz com que quase toda a população esteja incluída, fazendo parte das redes de informação e comunicação social. “Essas tecnologias mudaram a quantidade, a qualidade e a velocidade das informações nos dias atuais”.<sup>25</sup>

---

<sup>22</sup> MARTINEZ, 1996, p. 6.

<sup>23</sup> MALAQUIAS, Bruno Pires. *O analfabetismo digital*. IBDI, 2003. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=159>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>24</sup> MALAQUIAS, 2003.

<sup>25</sup> PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento*. 2011. p. 155. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/884/891>>. Acesso em: 12 maio 2017.

Vale destacar que a utilização dessas tecnologias propicia grande desenvolvimento em diversas áreas como: política, economia e área social. Conforme salientam Pereira e Silva:

[...] as TICs podem contribuir para a ampliação do exercício da cidadania aumentando a interação entre cidadão e governo mediante canais mais rápidos e menos burocráticos de diálogo [...]. As tecnologias de informação e comunicação invadiram o cotidiano das pessoas em todos os lugares de tal forma que a informação em “tempo real” assume uma importância central no mundo atual [...]. Dada essa nova realidade, os governos passam a lidar com um problema fundamental: a exclusão digital, que segrega a população entre os que têm e os que não têm acesso às informações pela Internet. A evolução das TICs não provocou mudanças apenas nas áreas de tecnologia e comunicação, mas em diversas áreas do conhecimento humano. As TICs foram responsáveis por alterações de conduta, de costumes, de consumo, no lazer, nas relações entre os indivíduos e nas formas como eles se comunicam. Novos hábitos sociais foram adquiridos, surgiram novas formas de interação, enfim, uma nova sociedade – A Sociedade da Informação.<sup>26</sup>

Segundo Adiron<sup>27</sup>, são inúmeras as tentativas para a elaboração de uma regra que seja capaz de fazer inclusão das pessoas consideradas diferentes, nos estabelecimentos de ensino. O autor afirma que desconhece as “fórmulas de inclusão” que já funcionaram em sua totalidade. Acrescenta ainda que, a “educação [...] não tem nada de inclusiva. Inclusão ou é para todo mundo, ou não é. [...] uma inclusão escolar efetiva é acreditar que todos e todas (todos e todas mesmo) podem aprender”.<sup>28</sup>

O autor apresenta uma sátira de como é feita a inclusão nas escolas, utilizando-se de uma composição que ele chamou de “receita de inclusão”.<sup>29</sup>

Ingredientes:

30 a 40 crianças genéricas, isto é, sem rótulos, da mesma faixa etária, ambos os sexos, com habilidades e competências heterogêneas;

- 1 a 2 crianças com rótulos catalogados na Classificação internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), na Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) ou qualquer outra tabela não periódica;
- 1 pacote de apostilas ou livros didáticos pasteurizados (não use produtos *in natura* que podem atacar os neurônios dos professores);
- 1 pacote de avaliações que sejam rigorosamente idênticas na forma e no conteúdo;
- Giz a gosto

Modo de preparo:

1. Coloque tudo em um liquidificador da marca “Sala de aula” e bata em alta velocidade por 200 dias letivos, até formar uma pasta completamente homogênea;

<sup>26</sup> PEREIRA, SILVA, 2011, p. 160-171.

<sup>27</sup> Fábio Adiron é membro da Comissão Executiva do Fórum Permanente de Educação Inclusiva, Coordenador do Centro de Estudos Multidisciplinar Pró Inclusão, coordenador do grupo de estudos Projeto Roma Brasil e integrante da Federação Brasileira de Associações de Síndrome de Down (FBASD). Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

<sup>28</sup> ADIRON, Fábio. *Receita de inclusão?* Publicado em 21 out. 2016, p. 2-3. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

<sup>29</sup> ADIRON, 2016, p. 1.

2. Caso, durante o processamento, a massa forme grumos de personalidade, brilhantismo ou atraso, encaminhe o ingrediente resistente para ser dissolvido por um especialista;
3. Se, mesmo assim, ele não se adaptar à massa, descarte-o, culpando os fornecedores (que atendem pelo nome de pai e mãe) por sua má qualidade ou recomende que seja levado para um liquidificador especial (os melhores são os importados da marca Segregator);
4. Ao final, coe toda a pasta em peneiras de provas locais, regionais, nacionais, internacionais e aeroespaciais. Se você perceber que algum ingrediente corre o risco de não passar na avaliação e prejudicar o bônus do cozinheiro, sugira que ele fique doente no dia do exame;
5. Sirva acompanhado de reportagens laudatórias em revistas de educação e inclusão.

Essa receita apresenta uma crítica severa à realidade experienciada pelos Gestores, pelas Gestoras e corpo docente, diante das demandas reprimidas ou segregadas que procuram a escola em busca de uma educação que não seja apenas para a diferença, mas uma educação voltada para a diversidade.

Mantoan revelou, durante o Colóquio sobre a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha as iniciativas de educação inclusiva, de países da Europa e da América do Norte, desde os primórdios dos anos 1990. Declarou, ainda que, reconhece o empenho das autoridades, pais e instituições, para que as escolas sejam de fato para todos e todas.

Em relação ao Brasil, a autora enfatizou o destaque que há nos projetos inclusivos e na proposta de educação especial, o que se diferencia das demais; porque garante educação a todos e a todas, no mesmo espaço escolar. Embora admita que: “ainda há muitas barreiras a serem ultrapassadas para que a educação inclusiva seja de fato e de direito, uma conquista da educação brasileira”.<sup>30</sup>

Acrescentou ainda que, se tratando de inovação na Política Nacional de Educação Especial, deve haver um grande esforço e incentivo para que a escola comum dê conta das diferentes concepções, organização e práticas pedagógicas. “Temos de aproveitar esses novos tempos para romper com paradigmas que nos detém no avanço e melhoria da educação brasileira”.<sup>31</sup>

Fernando Haddad<sup>32</sup>, em entrevista à Revista Inclusão, mostrou-se otimista ao falar dos resultados apresentados pelas escolas comuns da rede pública. “[...] o benefício da

<sup>30</sup> MANTOAN, Maria Teresa Égler. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: CIBEC/MEC *Inclusão: Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 26.

<sup>31</sup> MANTOAN, 2005, p. 19.

<sup>32</sup> Ministro da Educação no período de 2005 a 2011.

inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado”.<sup>33</sup>

Ao complementar o raciocínio, o ex-ministro da educação disse que: “[...] é um momento auspicioso da educação inclusiva e da equalização das oportunidades. [...] temos que ter uma estratégia de construção de um novo paradigma na educação, ainda mais sólido, ainda mais consistente, ainda mais visível”.<sup>34</sup>

De acordo com Lodi, “a inclusão escolar nos impõe o compromisso de produzir uma nova cultura, de compreender capacidades expressivas que não tinham sido previstas e de realizar ações humanistas, acolhendo o outro sem quaisquer preconceitos”.<sup>35</sup> Porque, a “inclusão diz respeito a valores”. E, assim sendo, todo ser humano é digno de respeito e, portanto, de ser reconhecido como pessoa.

Nesses termos, “a UNESCO objetiva maximizar o capital social e humano das pessoas por meio de políticas que reconheçam a diversidade no setor educacional e no mercado de trabalho, o avanço da inovação e o estímulo à criatividade”.<sup>36</sup>

Para David Rodrigues<sup>37</sup>, “a Educação Inclusiva destina-se a todos os alunos e todas as alunas da escola. [...] devemos dedicar uma atenção especial àqueles e àqueles que são mais vulneráveis à exclusão. Entretanto, esta atenção tem que ser dada dentro de uma perspectiva inclusiva [...]”.<sup>38</sup>

Na opinião de Barbosa:

[...] o conceito de inclusão escolar deve ser considerado como um processo de desenvolvimento institucional da escola e sujeito a um movimento endógeno, contínuo de evolução, que implica em oportunidades de construção, próprio dos processos evolutivos humanos e institucionais.<sup>39</sup>

<sup>33</sup> HADDAD, Fernando. CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 5.

<sup>34</sup> HADDAD, 2005, p. 5-6.

<sup>35</sup> LODI, 2003, p. 51.

<sup>36</sup> MOROSONI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008. p. 292.

<sup>37</sup> Doutor em Ciências da Motricidade Humana na área de Educação Especial e Reabilitação (UTL/FMH), professor da Universidade Técnica de Lisboa, e coordenador do Fórum de Educação Inclusiva.

<sup>38</sup> RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 36.

<sup>39</sup> BARBOSA, Eduardo. CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 56.

Na mesma perspectiva, Cláudia Griboski<sup>40</sup> manifestou opinião sobre a importância de compreender e trabalhar o conceito de inclusão nas escolas. Segundo Griboski, “[...] é preciso ter claro o conceito de inclusão que fundamenta o projeto político pedagógico de cada sistema educacional. Um projeto que não discrimina, que não segrega [...]”.<sup>41</sup>

No final do século XX, início do século XXI, cresceu o número de pessoas que vivenciam o processo de exclusão, porque estão afastadas das escolas e do mundo do trabalho, sem nenhuma perspectiva de oportunidade. “A elevada desigualdade [...] indica realidades completamente distintas, que precisam ser consideradas frente à perspectiva do estabelecimento de uma agenda não liberal de inclusão social para o conjunto da população”.<sup>42</sup>

Martins considera que:

A nova desigualdade separa materialmente, mas unifica ideologicamente. No entanto, a nova desigualdade se caracteriza basicamente por criar uma sociedade dupla, como se fossem dois mundos que se excluem reciprocamente, embora parecidos na forma: em ambos podem ser encontradas as mesmas coisas, aparentemente as mesmas mercadorias, as mesmas ideias individualistas, a mesma competição. Mas, as oportunidades são completamente desiguais. A nova desigualdade resulta do encerramento de uma longa era de possibilidades de ascensão social, que foi característica do capitalismo até há poucos anos. Apesar disso, o imaginário que cimenta essa ruptura é um imaginário único, mercantilizado, enganador e manipulável.<sup>43</sup>

Assim, “As bases da inclusão social podem ser identificadas sinteticamente na capacidade de um país fazer avançar tanto a renda individual de sua população como a oferta acessível de equipamentos e serviços públicos”.<sup>44</sup>

O que acontece na realidade é que, a maioria das pessoas não tem acesso aos bens públicos, porque “[...] construiu-se um país para poucos, em que a maior parte das transformações ocorridas aconteceu sem mudanças de natureza estrutural, bloqueando a inclusão social plena”.<sup>45</sup>

<sup>40</sup> Diretora de Políticas de Educação Especial da Secretaria de Educação Especial do MEC.

<sup>41</sup> GRIBOSKI, Cláudia Maffini. CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 57.

<sup>42</sup> POCHAMANN, 2005, p. 67.

<sup>43</sup> MARTINS, 1997, p. 21-22.

<sup>44</sup> POCHAMANN, 2005, p. 13.

<sup>45</sup> POCHAMANN, 2005, p. 23.

Portanto, “a total inclusão de todos os membros da humanidade, de quaisquer raças, nacionalidades, classes socioeconômicas, culturas ou capacidades, em ambientes de aprendizagem e comunidade, pode facilitar o desenvolvimento do respeito mútuo, [...]”<sup>46</sup>

Pensar a inclusão da sociedade, em todos os níveis e acreditar que é possível desenvolver o respeito mútuo nesses tempos de crise é viver uma utopia, é acreditar no impossível. Porque a lógica do mundo moderno é afastar as pessoas, é gerar conflitos, e estimular para que vivam sempre em competitividade.

## **2.2 Dispositivo legal: uma perspectiva de mudança nos paradigmas educacionais**

Em 2008, um grupo de profissionais da Secretaria de Educação Especial elaborou o documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, visando uma aprendizagem participativa, em que os e as estudantes pudessem construir saberes conjuntamente, exercendo o direito de igualdade na rede de ensino. Na compreensão do grupo:

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.<sup>47</sup>

O termo inclusão surgiu<sup>48</sup>, no Brasil, por volta de 1980 e início de 1990, por meio de movimentos que buscavam a integração do ensino especial ao ensino regular, mas só foi consolidado após a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais, que aconteceu em Salamanca, em 1994. O Brasil, juntamente com outros 94 países, por meio de seus e suas representantes, assinou o compromisso de reformular o sistema brasileiro de ensino, a fim de garantir a inclusão e a permanência de Pessoas com Necessidades Educativas Especiais (PNEES), no mesmo espaço escolar.

Acredita-se que o Brasil já tinha a pretensão de realizar essa integração no seu sistema de ensino, pois esse compromisso está explícito na Constituição Federal (CF) de 1988, quando é preconizado que a “educação é um direito de todos e todas”. Quando se

<sup>46</sup> LODI, 2003, p. 14.

<sup>47</sup> DUTRA, Cláudia Pereira; GRIBOSKI, Cláudia Maffini; ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília. Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008. p. 5. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. e <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>48</sup> COMO surgiu a inclusão. <<https://pt.scribd.com/doc/76719845/como-surgiu-a-inclusao>>. Acesso em 25 jan. 2017.

afirma que é um direito de todos e de todas, subentende-se que as PNEES já estão incluídas, não havendo, portanto, a necessidade de reformulação no sistema de ensino.

Da mesma forma, o artigo 206 da Constituição Federal, também estabelece princípios de inclusão para o ensino brasileiro. Consta no inciso I, a garantia de “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Compreende-se que essa igualdade é estendida a todas as pessoas, independentemente de sua condição física, mental ou social. Assim como está preconizado que, “O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.<sup>49</sup>

Para Rocha e Rodrigues “[...] as políticas públicas de inclusão social seriam as grandes responsáveis pelo aumento do número de pessoas com deficiência matriculadas nas universidades”.<sup>50</sup> Entretanto, a universidade ainda é um sonho para essa população, as vagas ofertadas são insuficientes para o atendimento dessa demanda.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, também ratifica a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”<sup>51</sup>, bem como preconiza o “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos e as educandas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino”.<sup>52</sup>

Para que o direito de educação inclusiva, dessa clientela, seja efetivado de fato, é necessário que os e as governantes abracem essa causa, implementando medidas que visem a atender a todos e a todas de forma igualitária, sem que haja discriminação entre os grupos considerados “diferentes”. Na opinião de Haddad, “a política está definida, o conteúdo está muito bem construído, mas, tão importante quanto o conteúdo desta política, é trabalhar para que ela aconteça”.<sup>53</sup>

---

<sup>49</sup> CONSTITUIÇÃO Federal, Art. 208, inciso III.

<sup>50</sup> ROCHA, Heloisa de Paula Pessoa; RODRIGUES, Rui Martinho. Políticas de cotas para o ingresso das pessoas com deficiência nas universidades públicas e sua consonância com os preceitos da Carta Magna. In: ANDRIOLA, Cristiany Gomes [et. al] *Faroleiros da Educação: lançando luzes sobre o ensino superior*. Fortaleza: Edições UFC, 2012. p. 127.

<sup>51</sup> BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/1996. Brasília, Art. 3º, inciso I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>52</sup> LDBEN, Art. 4º, inciso III (Redação dada pela Lei nº 12.796 de 2013). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

<sup>53</sup> HADDAD, 2005, p. 6.



Haddad ainda discorreu sobre o que tem sido implementado no País, para que haja promoção de uma educação voltada à inclusão:

No Brasil, muitos sistemas de ensino já desenvolveram sólidas experiências educacionais neste sentido e outros estabeleceram metas para promover a inclusão de todos os alunos, e a nova Política subsidia a elaboração de normativas. No âmbito do MEC, a fim de dar consequência à Política, estaremos consolidando um conjunto de ações de apoio à implementação da educação inclusiva, destacando-se a proposta de financiamento para ampliação da oferta do atendimento educacional especializado complementar ao ensino regular. Na medida em que estas ações forem implementadas teremos constituído uma política que promove o desenvolvimento da escola para efetivar o direito de acesso e a qualidade da educação.<sup>54</sup>

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)<sup>55</sup>, disposto na Lei 8.069, de 13 de julho de 1990; também garante a efetivação do direito a educação especializada aos PNEES; nos termos do Art. 54, inciso III que prevê o “atendimento educacional especializado aos portadores e as portadoras de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Na década de 1990, também foram expedidos documentos que influenciaram políticas públicas para a educação inclusiva como a “Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994)”.<sup>56</sup>

O Plano Nacional de Educação (PNE)<sup>57</sup>, exposto na Lei nº 10.172/2001, deve ser citado também, porque, nos objetivos e metas, destaca a importância da qualificação e requalificação dos trabalhadores e das trabalhadoras para que possam ser igualmente inseridos e inseridas no mundo do trabalho. O item 14 do documento expõe que é importante:

Estimular permanentemente o uso das estruturas públicas e privadas não só para os cursos regulares, mas também para o treinamento e retreinamento de trabalhadores com vistas a inseri-los no mercado de trabalho com mais condições de competitividade e produtividade, possibilitando a elevação de seu nível educacional, técnico e de renda.

Em janeiro de 2016, entrou em vigor a Lei Brasileira de Inclusão (LBI)<sup>58</sup>, que institui e assegura o direito à educação. Segundo Mara Gabrilli<sup>59</sup>, esse dispositivo é fruto de um

<sup>54</sup> HADDAD, 2005, p. 6.

<sup>55</sup> LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm)>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>56</sup> INCLUSÃO: *Revista da Educação Especial*/Secretaria de Educação Especial. v. 1, n. 1 (out. 2005). Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 10. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

<sup>57</sup> LEI Nº 10.172, DE 09 DE JANEIRO DE 2001. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf\\_legislacao/tecnico/legisla\\_tecnico\\_lei10172.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf_legislacao/tecnico/legisla_tecnico_lei10172.pdf)>. Acesso em: 20 abr. 2017.

<sup>58</sup> GABRILLI, Mara. *Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o acesso à educação*. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/lei-brasileira-de-inclusao-lbi-e-o-acesso-a-educacao/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

trabalho em conjunto com toda a sociedade brasileira, após um longo período de consultas e audiências públicas.

Para Gabriilli, “entre todas as políticas públicas, a educação é que mais poder de transformação tem sobre um ser humano. Mas todos os exemplos bem-sucedidos só acontecem pela parceria entre Estado, escola e comunidade”.<sup>60</sup>

A educação para ser inclusiva necessita do envolvimento e desempenho de todos e todas que fazem a política educacional da escola, porque “[...] não basta estar garantida na legislação, mas demanda modificações profundas e importantes no sistema educacional”.<sup>61</sup>

A educação especial para ser verdadeiramente inclusiva é preciso que a proposta pedagógica da escola seja consistente e esteja de acordo com os dispositivos legais. É necessário ainda, que as ações educativas sejam inovadoras; que os e as profissionais que irão atuar estejam bem preparados e preparadas, dispostos e dispostas a assumirem os desafios de inclusão dessa grande demanda da sociedade. Como expõem Paulon, Freitas e Pinho:

A formação dos professores e professoras também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão. Existe um consenso de que é imprescindível uma participação mais qualificada dos educadores e das educadoras para o avanço desta importante reforma educacional. O ‘despreparo dos professores e das professoras’ figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador e da educadora com aquele sujeito que não está de acordo com ‘os padrões de ensino e aprendizagem’ da escola.<sup>62</sup>

Além da formação profissional, muitos professores e muitas professoras que atuam na educação formal atribuem ao fracasso da educação inclusiva, “o grande número de crianças em sala e a falta de recursos para a sustentação da prática pedagógica”.<sup>63</sup> Esses e essas profissionais afirmam ainda que, “classes com menor número de alunos e alunas seriam mais acolhedoras e possibilitariam um trabalho mais cuidadoso”.

Assim, “o sucesso de uma política inclusiva depende da qualidade de uma rede de apoio que lhe dê sustentação e que as interações entre os e as profissionais envolvidos, [...] são fundamentais a um processo de inclusão do sujeito na escola e na sociedade”.<sup>64</sup>

---

<sup>59</sup> Publicitária, Psicóloga, Deputada Federal e secretária da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, foi relatora da Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Empreendedora social fundou em 1997, o Instituto Mara Gabriilli Site externo, ONG que apoia atletas com deficiências, promove o Desenho Universal e fomenta pesquisas científicas e projetos sociais.

<sup>60</sup> GABRILLI, 2016, p. 2.

<sup>61</sup> RIBEIRO, 2012, p. 13.

<sup>62</sup> PAULON, FREITAS, PINHO, 2005, p. 28.

<sup>63</sup> PAULON, FREITAS, PINHO, 2005, p. 28.

<sup>64</sup> PAULON, FREITAS, PINHO, 2005, p. 31.

### 2.3 Políticas públicas: utopia ou realidade?

Os países, principalmente os que estão em desenvolvimento, como o Brasil, precisam ter clareza nas ações e procedimentos que irão impulsionar o seu desenvolvimento político, econômico e social. Na opinião de Souza, “as políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí o porquê, qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade”.<sup>65</sup>

Sendo assim, é preciso que os governantes tenham sempre em mente a importância da implementação de políticas públicas que sejam capazes de responder às necessidades da população e que promovam tanto o desenvolvimento econômico quanto o desenvolvimento social.

Pereira<sup>66</sup> afirma que:

A política compreende um elenco de ações e procedimentos que visam à resolução pacífica de conflitos em torno da alocação de bens e recursos públicos. As políticas públicas – com destaque para as áreas de economia, trabalho, saúde, educação, segurança, socioambiental, ciência e tecnologia e inovação –, são ações e medidas adotadas pelo Estado para atender as demandas da sociedade. As políticas públicas, no seu processo de estruturação, devem seguir um roteiro claro de prioridades, princípios, objetivos, normas e diretrizes delineadas nas normas constitucionais. Esses esforços buscam suprir as necessidades da sociedade em termos de distribuição de renda, dos bens e serviços sociais no âmbito federal, estadual e municipal.<sup>67</sup>

O autor afirma ainda que, “[...] a educação vem assumindo papel de relevo no elenco das políticas públicas no país, especialmente a partir da década de noventa, quando tem início a intensificação do discurso e das propostas que visam garantir educação para todos e todas”.<sup>68</sup>

<sup>65</sup> SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*. Porto Alegre, ano 8. n 16, jul/dez 2006. p. 20-45.

<sup>66</sup> José Matias Pereira: Professor-pesquisador do Programa de Pós-graduação em Administração da Universidade de Brasília. Doutor em Ciência Política – área de Governo e Administração Pública – pela Faculdade de Ciências Políticas e Sociologia da Universidade Complutense de Madri, Espanha. Pós-Doutor em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP). Autor, entre outros livros, de: *Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2006; *Manual de Gestão Pública Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 2007; e *Curso de Administração Pública*. São Paulo: Atlas, 2008.

<sup>67</sup> PEREIRA, José Matias. *Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social*. 2008. p. 47-48. Disponível em: <<https://jotmi.org/index.php/GT/article/view/art79/544>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>68</sup> PEREIRA, 2008, p. 48.

Peixoto também reconhece essa década de suma importância para o surgimento das políticas voltadas para a educação superior. Para a autora, “a inclusão social na educação superior foi objeto de debates e estudos [...], desde o final da década de 1990”.<sup>69</sup>

De lá até aqui já foram implementadas várias políticas públicas para a democratização do acesso a esse nível de ensino, como por exemplo: o Sistema de Cotas, o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), entre outros.

Para os organizadores e as organizadoras do livro *Educação superior no Brasil*, “A perspectiva de democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil não poderá se efetivar sem uma ampliação dos investimentos da União e dos Estados na oferta desse nível de ensino”.<sup>70</sup> Faz-se necessário também que haja mais investimento na educação básica e nas outras modalidades de ensino, porque apesar do crescimento da oferta de ensino superior, ainda é inexpressiva a quantidade de estudantes que consegue matricular-se em IES públicas.

A educação superior ainda é considerada um sonho para muitas pessoas; sobretudo para negros e negras, índios e índias e estudantes oriundos e oriundas de escolas públicas, pois esse público é o mais afetado pelas desigualdades sociais.

A educação sempre foi entendida como uma política pública que deve ser ampliada a fim de dar oportunidades às pessoas que buscam adquirir educação e conhecimentos sistematizados. Assim, “[...] falar sobre a democratização de acesso e a inclusão na educação superior implica em estabelecer políticas que beneficiam variados atores sociais”.<sup>71</sup> Porque para Bittar, Almeida e Veloso: “implantar políticas que favoreçam o acesso à educação superior é uma questão legítima da sociedade brasileira e favorece o desenvolvimento do País”.<sup>72</sup>

Barretta e Canan compreendem que:

---

<sup>69</sup> PEIXOTO, 2009, p. 238.

<sup>70</sup> OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008. p. 84.

<sup>71</sup> OLIVEIRA, CATANI, HEY, AZEVEDO, 2008, p. 78.

<sup>72</sup> BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carine Elisabeth Maciel de; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. Ensino noturno do acesso de estudantes-trabalhadores à educação superior. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008. p. 91.

[...] não é suficiente à constituição de uma política pública educacional bem definida, com conteúdo bem construído, formulado; o importante e imprescindível é trabalhar para que a política aconteça, contemplando de forma efetiva o processo de desenvolvimento e aprendizagem do principal sujeito da esfera educacional: o aluno e a aluna.<sup>73</sup>

Ainda nesta perspectiva, as autoras complementam que:

A educação não deve ser pensada de forma abstrata e a implementação das políticas educacionais são necessárias à sensibilização e à qualificação de todos os sujeitos envolvidos no processo, para que, então, sejam criadas as políticas de Estado e não políticas de Governo, lembrando que nem tudo que serve para o Governo, serve para a escola, para a educação.<sup>74</sup>

Sabe-se que “[...] o paradigma educacional atual requer políticas educacionais que atendam aos anseios exigidos nas diversas áreas da educação, com ênfase ao essencial de toda a educação, o ser humano”.<sup>75</sup> Desse modo, a implementação de políticas públicas voltadas para a educação inclusiva é fundamental para que, de fato, essa educação faça a diferença.

Segundo Dutra, Griboski, Alves e Barbosa, o ano de 2003 foi marcado por grandes conquistas em relação à educação inclusiva:

[...] o Ministério da Educação cria o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, visando transformar os sistemas de ensino educacionais inclusivos, que promove um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, a organização do atendimento educacional especializado e a promoção da acessibilidade.<sup>76</sup>

É nesse sentido, que Lodi defende a política de educação inclusiva, categoricamente: “Em nossa política educacional, quando falamos em inclusão, estamos falando em resgatar a educação como direito de todos os cidadãos, direito de todos os alunos e todas as alunas a uma educação de qualidade, sem nenhuma espécie de preconceito e discriminação”.<sup>77</sup>

Vale lembrar que “a inclusão escolar tem início na educação infantil, onde se desenvolvem as bases necessárias para a construção do conhecimento e seu desenvolvimento

<sup>73</sup> BARRETTA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. *Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais*. IX ANPEDSUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. p. 3.

Disponível em:

<[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado\\_e\\_Politica\\_Educacional/Trabalho/01\\_07\\_47\\_173-6553-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Trabalho/01_07_47_173-6553-1-PB.pdf)>. Acesso em: 18 maio 2017.

<sup>74</sup> BARRETTA, CANAN, 2012, p. 5.

<sup>75</sup> BARRETTA, CANAN, 2012, p. 6.

<sup>76</sup> DUTRA, GRIBOSKI, ALVES, BARBOSA, 2008, p. 9.

<sup>77</sup> LODI, 2003, p. 38.

global”.<sup>78</sup> O sistema brasileiro de ensino tem contribuído para que a inclusão seja iniciada nas primeiras etapas da vida escolar das crianças.

Na opinião de Paulon, Freitas e Pinho,

As duas últimas décadas foram marcadas pelo debate acerca da inclusão, estabelecendo como componente fundamental à universalização do acesso à educação [...]. Esta postura ativa de identificação das barreiras que alguns alunos e algumas alunas encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las se constitui no movimento de inclusão e consolidação de um novo paradigma educacional referenciado na concepção de educação inclusiva, que tem como desafio a construção de uma escola aberta às diferenças e uma sociedade que reconhece e valoriza a diversidade.<sup>79</sup>

Azevedo considera a educação como “um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades”.<sup>80</sup> Acrescenta ainda que, “as políticas públicas são fruto da ação humana. Portanto, como qualquer ação humana, todo o seu processo desenvolve-se através de um sistema de representações sociais”.<sup>81</sup>

Seiffert e Hage enfatizam que:

A educação é um direito humano, e pautá-la nesse pressuposto implica reconhecer o direito à igualdade e à diferença, assumindo o desafio de implementar políticas públicas e práticas educativas, que contemplem a totalidade da população brasileira e que sejam capazes de enfrentar as desigualdades sociais em seus múltiplos aspectos.<sup>82</sup>

No âmbito das políticas públicas, destacam-se as políticas de ação afirmativa<sup>83</sup> que visam corrigir as desigualdades enfrentadas pelos grupos menos favorecidos; no caso, dos pobres, dos negros e das negras, dos e das indígenas, das mulheres, dos homossexuais, e daqueles e daquelas que apresentam algum tipo de deficiência: física, mental ou intelectual.

Mesmo diante de inúmeras conquistas, o Brasil ainda necessita avançar, e muito, em políticas públicas para cumprir pelo menos o que determinam as leis. A Constituição, por exemplo, garante que todos e todas terão acesso ao ensino regular, mas muitas escolas ainda resistem em não cumprir essa determinação, principalmente quando se trata de estudantes

<sup>78</sup> DUTRA, GRIBOSKI, ALVES, BARBOSA. 2008, p. 16.

<sup>79</sup> PAULON, FREITAS, PINHO, 2005, p. 48.

<sup>80</sup> AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. Ed. Ampl. - Campinas. Coleção polêmicas do nosso tempo. Vol. 56. São Paulo: Autores Associados. 2001. p. 15.

<sup>81</sup> AZEVEDO, 2001, p. 65.

<sup>82</sup> SEIFFERT, Otília Maria Lúcia Barbosa; HAGE, Salomão Mufarej. Políticas de Ações Afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2008. p. 142.

<sup>83</sup> “Ação reparatório/compensatória e/ou preventiva, que busca corrigir uma situação de discriminação e desigualdade infringida a certos grupos no passado, presente ou futuro, através da valorização social, econômica, política e/ou cultural desses grupos, durante um período limitado”. MOEHLECKE, 2002 apud SEIFFERT, HAGE. 2008. p. 144.

com deficiência; alegando a falta de infraestrutura, de profissionais capacitados e de propostas pedagógicas consistentes que sejam capazes de responder a essas demandas.

Dessa forma, vale lembrar a Declaração de Salamanca que reconhece a importância da formação adequada dos professores e das professoras para a educação inclusiva, dando destaque ao recrutamento e treinamento desses e dessas profissionais. A “preparação apropriada de todos os educadores e todas as educadoras constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido de estabelecimento de escolas inclusivas”.<sup>84</sup>

O Documento subsidiário à política de inclusão também enfatiza a qualificação dos educadores e das educadoras para o desenvolvimento da política educacional inclusiva. “A formação dos professores também ganha destaque entre as demandas mais emergentes para o aprofundamento do processo de inclusão”.<sup>85</sup>

O Ministério da Educação por meio da Secretaria de Educação Especial “apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos e todas as alunas”.<sup>86</sup>

Na esfera educacional, as políticas públicas estão em evidência, porque existe uma forte parceria com organismos internacionais que apontam e acompanham as diretrizes de execução das ações. Como exemplo, o Documento de Trabalho da XIII Conferência Ibero América de Educação da Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) que “sintetiza as perspectivas dos organismos internacionais a respeito da relação entre educação e inclusão social na América Latina [...],”<sup>87</sup> e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que por meio da Declaração Mundial de Educação para Todos, “afirma a necessidade do acesso à educação de qualidade para atender as necessidades básicas de aprendizagem”.<sup>88</sup>

Outra ferramenta de ensino que tem se destacado também como política pública, é a Educação a Distância (EaD), porque vem contribuindo, sobremaneira com a expansão do ensino superior, promovendo a inclusão de grande parte das camadas sociais, mediante à utilização dos recursos tecnológicos.

---

<sup>84</sup> DECLARAÇÃO de Salamanca. p. 10.

Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

<sup>85</sup> PAULON, FREITAS, PINHO, 2005, p. 28.

<sup>86</sup> DUTRA, GRIBOSKI, ALVES, BARBOSA, 2008, p. 3.

<sup>87</sup> TEIXEIRA, p. 9.

<sup>88</sup> TEIXEIRA, p. 10.

Pereira destaca como um fator importante, “[...] o uso intensivo das novas tecnologias, caracterizadas pela interatividade e pela sua capacidade de uso individualizado, o uso da ferramenta EaD como suporte relevante para ampliar a oferta de educação no Brasil; [...]”.<sup>89</sup>

É evidente que, o uso dessa ferramenta tem ampliado bastante o processo de democratização do ensino superior, porque vem oportunizando as pessoas que residem distante dos centros de formação, para que possam também ter acesso a esse nível de ensino, bem como aquelas que têm dificuldade de locomoção.

A EaD se destaca ainda “como principal ferramenta para a formação de professores e professoras em todo o território nacional e o fomento à pesquisa na referida área”.<sup>90</sup> Assim, os professores e as professoras não precisam mais se deslocar de suas cidades para verticalizar seus estudos e participar de capacitações imprescindíveis à sua formação e ao desempenho de suas funções.

Ainda em relação às políticas públicas para melhoria da oferta e qualidade do ensino, encontram-se os Programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC): Programa de Inclusão Digital, Programa de Educação Inclusiva e as Políticas de Ações Afirmativas.

Essas políticas, segundo Seiffert e Hage, “[...] têm estado em evidência no debate nacional, na legislação, na mídia e nas políticas públicas, assumidas enquanto estratégias importantes de enfrentamento das desigualdades sociais historicamente construídas”.<sup>91</sup>

Conclui-se que os conceitos de inclusão/exclusão não se esgotam nestas páginas, há ainda muitos conhecimentos a serem pesquisados, refletidos e compreendidos. Esses conceitos estão presentes em muitas literaturas, bem como nos diversos discursos dos que representam todos os segmentos da sociedade. Percebe-se também que, o uso desses termos tornou-se bastante comum nos dias atuais.

Assim, conhecer, compreender e apreender o significado de inclusão/exclusão é muito importante, porque traz segurança durante o uso desses termos em quaisquer circunstâncias; tanto no discurso escrito, quanto no discurso falado, podendo ser discutidos, citados e utilizados em todo tipo de composição e/ou produção textual, pois a total compreensão evita riscos de inferências equivocadas.

---

<sup>89</sup> PEREIRA, 2008, p. 46.

<sup>90</sup> PEREIRA, 2008, p. 48.

<sup>91</sup> SEIFFERT, HAGE, 2008, p. 139.



Diante dessa preocupação, foram consultadas e pesquisadas diversas obras de autores renomados e autoras renomadas; adentrando-se com clareza nos referidos conceitos para que possam ser utilizados na fundamentação teórica dos próximos capítulos.



### **3 RETROSPECTIVA HISTÓRICA: APRESENTANDO OS PARCEIROS, (RE) MEMORANDO AS AÇÕES E DESCREVENDO O PEPI COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL**

Nesta parte, será apresentada a história de uma parceria que vem gerando bons resultados. Trata-se de uma Instituição Pública Federal e uma Organização da Sociedade Civil (OSC) que se uniram na perspectiva de promover ações sociais que visam à transformação e a inclusão de uma parcela da sociedade que apresentava aspectos de criminalidade, violência e drogas. Também será apresentada uma descrição do Pré-ENEM Pirambu (PEPI) como um instrumento de inclusão social.

#### **3.1 Os parceiros: uma Instituição Pública ao lado de uma OSC em buscados mesmos ideais**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *Campus Fortaleza* é uma instituição de ensino com mais de um século de existência. Possui natureza jurídica, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar, vinculada ao Ministério da Educação.<sup>92</sup>

Conforme seu histórico<sup>93</sup>, o IFCE foi criado pela Lei. N ° 11.892, de 29 de dezembro de 2008, integrando o Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET/CE) com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato e de Iguatu. Sua missão é: “Produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética”.<sup>94</sup>

Ainda com base no histórico, o IFCE teve origem com o Decreto 7566, de 23 de setembro de 1909, no governo de Nilo Peçanha, que instituiu a Escola de Aprendizes Artífices, com o intuito de “ministrar o ensino profissional primário e gratuito, isto é, formar

---

<sup>92</sup> EDUCAÇÃO, Ministério da. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>93</sup> HISTÓRICO. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/historico>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>94</sup> MISSÃO, Visão e Valores. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

operários e contramestres, através de aulas práticas e conhecimentos técnicos, necessários aos menores que pretendessem um ofício [...]”<sup>95</sup>

Ao longo desses 108 anos de existência, a Instituição já teve vários nomes. Em 1941, foi denominada Liceu Industrial do Ceará; em 1968, passou para Escola Técnica Federal do Ceará (ETFCE). No ano de 1994, a ETFCE foi transformada em Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (CEFET/CE), em virtude da oferta do ensino superior e de ações acadêmicas voltadas às atividades de pesquisa e extensão.

Desde 1968, a sede do IFCE *Campus* Fortaleza está localizada à Avenida 13 de Maio, 2081, no bairro Benfica. Em sua trajetória, o IFCE vem se destacando como Instituição de Ensino, porque valoriza “o compromisso ético com responsabilidade social, o respeito, a transparência, a excelência e a determinação em suas ações, em consonância com os preceitos básicos de cidadania e humanismo [...]”<sup>96</sup>

O IFCE, atualmente, oferece os mais variados níveis de formação, que vão do ensino básico à pós-graduação, sempre com base nos princípios e conhecimentos técnicos e tecnológicos. Conforme está exposto na Carta de Serviços ao Cidadão:

[...] oferece educação profissional e tecnológica em diversos níveis de ensino. Nesta carta, a instituição reúne informações relativas aos serviços prestados à sociedade, com ênfase no ensino, pesquisa, pós-graduação e extensão universitária. Este documento, que atende ao Decreto Federal nº 6.939, de 11 de agosto de 2009, tem por finalidade subsidiar o cidadão em suas demandas por ensino superior, como forma de fortalecer o dever precípua dos órgãos e entidades da administração pública federal, qual seja o de atender ao público com eficiência e eficácia, observando rigorosamente os princípios da legalidade e da moralidade, corolários da gestão pública.<sup>97</sup>

A educação cada vez mais tem sido entendida como um processo permanente de aprendizagem, a qual necessita de meios eficazes, capazes de garantir aos cidadãos e às cidadãs uma formação adequada para atender as demandas e as exigências do mundo do trabalho, haja vista a competitividade e o rápido avanço tecnológico dos meios de produção, marcados pelo processo de mundialização do capital que vem exigindo trabalhadores e trabalhadoras, cada vez mais qualificados e qualificadas, capazes de (re)inventar formas dinâmicas que permitam o desenvolvimento sustentável.

---

<sup>95</sup> MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *Recompondo memórias da educação: a Escola de aprendizes Artífices do Ceará (1910 – 1918)*. Fortaleza: Gráfica do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 1999. p. 109-110.

<sup>96</sup> MISSÃO, visão e valores. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>97</sup> CARTA de serviços ao cidadão. p. 2. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Nessa perspectiva, afirma Laplane:

[...] o processo de globalização diz respeito aos processos de trabalho decorrentes do paradigma tecnológico, os quais determinam mudanças nas competências requeridas da força de trabalho, nos conhecimentos necessários para operar os sistemas produtivos e nas formas de aquisição dessas competências e conhecimentos. Hoje, se exigem dos trabalhadores e das trabalhadoras, capacidade de aprendizado e de resolução de problemas, flexibilidade e versatilidade para realizar tarefas em constante processo de modificação. São valorizadas, também, a iniciativa pessoal, a capacidade de trabalhar em grupo, a capacidade de comunicação oral e escrita.<sup>98</sup>

Dessa forma, o IFCE procura ofertar ensino tecnológico de qualidade que atenda às exigências do mundo globalizado. Procura ainda por meio da Diretoria de Extensão (DIREX) *Campus* Fortaleza, desenvolver projetos sociais em bairros periféricos de Fortaleza, com o intuito de cumprir o seu papel social, articulando ações de ensino, pesquisa e extensão, buscando romper as “barreiras” entre os muros da escola e a comunidade.

Assim, vale destacar a parceria estabelecida com o Movimento Emaús Amor e Justiça<sup>99</sup> que é uma Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que atua no bairro Pirambu. Tem como “objetivo lutar contra as causas da miséria, tentando construir uma sociedade mais solidária, mais justa e mais atenta aos problemas dos menos favorecidos”.<sup>100</sup>

Para a manutenção da maioria das atividades desenvolvidas, o Movimento Emaús recebe doações financeiras e de materiais; inclusive, objetos usados para que sejam recuperados e vendidos no bazar que fica na sede da própria OSC. “Este comércio de produtos de segunda mão beneficia tanto as pessoas envolvidas no projeto como os clientes moradores da comunidade do Pirambu (Cristo Redentor, Nossa Senhora das Graças)”.<sup>101</sup>

A sede do Movimento Emaús está localizada à Rua Nossa Senhora das Graças, 1097, no Pirambu em Fortaleza/Ceará. Este bairro foi historicamente marcado pela exclusão social e estigmatizado por apresentar aspectos de criminalidade, violência e drogas, além da exploração e da prostituição infantil e o elevado índice de desemprego.

<sup>98</sup> LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (orgs). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Coleção educação contemporânea. p. 7.

<sup>99</sup> O Movimento Emaús Amor e Justiça surgiu em 1949, na França, quando Abbé Pierre criou a primeira comunidade. O conhecimento da Filosofia do movimento foi repassado em 1976, pelo Padre Henri, para um grupo de pessoas do bairro/favela Pirambu, em Fortaleza. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbic-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbic-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>100</sup> Disponível em: <[www.movemaus.com.br](http://www.movemaus.com.br)>. Acesso em: 19 set. 2016.

<sup>101</sup> O Bazar do Movimento Emaús Amor e Justiça visa oferecer um meio de vida para moradores da comunidade por meio da coleta, da reciclagem e da venda de objetos usados. Disponível em: <<http://www.movemaus.com.br/index.php/nossas-acoas/bazar>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

Inclusive, bem pouco tempo, o Pirambu era considerado uma das maiores favelas do Brasil, onde as pessoas viviam em condições de vida subumana. Segundo Dutra, menos de 19% da população possuíam casas com sistema de água e esgoto sanitário.

Dutra expõe alguns dados que foram pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constando que até 2011, o bairro Pirambu era “o sétimo maior aglomerado subnormal urbano do país, com população de 42.878”.<sup>102</sup>

Atualmente, o bairro possui vários aspectos de desenvolvimento, tornando-se atrativo e amado pelos seus moradores, conforme o exposto:

Quem poderia imaginar que o grande Pirambu cenário de grandes guerras entre gangues nos anos 1990 que tinha a sua renda voltada para a pescaria, de fundação dos padres Helio e Caetano e que um século a frente pertencia a uma região dominada de dunas? E hoje, em pleno século XXI o grande Pirambu é um bairro de muitos comércios, colégios e até hospitais próprios. Venha conhecer a História do Grande Pirambu, um dos bairros mais charmosos de Fortaleza.<sup>103</sup>

Conforme consta nos relatórios<sup>104</sup>, um dos pontos que merece maior destaque, podendo-se dizer, o mais expressivo, é que com a presença do IFCE na comunidade “pirambuense”, houve uma desmistificação do bairro que antes era estigmatizado e rotulado como o bairro mais violento de Fortaleza.

Consta também nos mesmos relatórios que, com a realização das ações de extensão, o bairro deu início a um processo de desenvolvimento, conseguindo melhor credibilidade. Os moradores e as moradoras adquiriram uma formação e engajaram-se em uma atividade remunerada. Tornaram-se mais conscientes de seus direitos e deveres; adquiriram mais liberdade de expressão e maior mobilidade no direito de ir e vir com segurança.

Essas pessoas, após participarem ativamente das ações desenvolvidas pelos monitores e pelas monitoras, estudantes do IFCE, começaram a progredir, respondendo com entusiasmo aos desafios de transformação. Conseguiram desenvolver a capacidade de agir, participar e colaborar com a formação cidadã e acadêmica de outras pessoas.

---

<sup>102</sup> DUTRA, Giselle. Pirambu, em Fortaleza, é 7º maior aglomerado do país, diz IBGE. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/pirambu-em-fortaleza-e-7-maior-aglomerado-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>103</sup> MOUTA, Walynsson. *Um bairro muito amado por seus moradores*. Disponível em: <<http://pirambunews.com.br/2017/01/13/pirambu-um-bairro-muito-amado-por-seus-moradores>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>104</sup> RELATÓRIOS são documentos emitidos, anualmente com o propósito de apresentar todas as atividades desenvolvidas, e as metas alcançadas no final de cada ano. Os relatórios funcionam como ferramenta de prestação de contas para monitoramento e avaliação das ações. Para esta pesquisa foram consultados relatórios de diversos anos, mas prioridade maior foi dada aos relatórios dos anos de 2010 a 2014.

Convém destacar o depoimento de uma das ex-participantes do PEPI após retornar como monitora:

Tenho plena consciência de estar colaborando para a formação de cidadãos e cidadãs e isso é muito gratificante. Avalio este trabalho como o início de minha vida profissional. Aprendi a relacionar-me com as pessoas e perceber as diversas dificuldades que elas enfrentam tanto na vida cotidiana quanto na vida acadêmica. Isso me estimulou muito a ajudá-las a superar essas dificuldades.<sup>105</sup>

### 3.2 (Re) memorando e descrevendo ações voltadas à causa social

Com base nas pesquisas feitas nos relatórios<sup>106</sup>, a parceria do IFCE com o Movimento Emaús teve início em 1993, mesmo que informalmente, quando um grupo de pessoas pertencentes ao quadro efetivo de servidores do IFCE (antigo CEFET/CE) decidiu apoiar uma ação socioeducativa que já vinha sendo desenvolvida, para crianças residentes no Grande Pirambu e adjacências, que passavam a maior parte do dia brincando nas ruas, expostas aos riscos e às vulnerabilidades sociais.

O Pirambu era considerado um bairro de alta densidade demográfica<sup>107</sup>, em que as pessoas viviam em extrema pobreza, baixa escolaridade e conseqüentemente, baixíssimo IDH.<sup>108</sup> Esteve sempre presente na mídia televisiva e escrita, por causa do alto índice de violência registrado entre os seus moradores.

Essa situação despertou preocupação entre os servidores e servidoras do IFCE que se comprometeram em ajudar a realizar ações sociais e educativas, juntamente com o Movimento Emaús, a fim de resgatar, principalmente crianças e adolescentes que se encontravam na fase escolar, mas que estavam fora da esfera educacional.

Diante desse cenário, muitas pessoas servidoras do IFCE aderiram a essa causa social e passaram a colaborar, mensalmente, com uma contribuição financeira a fim de manter em funcionamento o projeto de reforço escolar, denominado “Escolinha Santa Eliza”, que atendia, em média, 90 crianças, na faixa etária entre 7 a 11 anos.

Para a realização dessa ação, a Escolinha Santa Eliza contava também com recursos oriundos de outras doações e ainda com o apoio da Escola de Aprendizes Marinheiros do

<sup>105</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2014.

<sup>106</sup> RELATÓRIOS de metas alcançadas em 1993 e 1994.

<sup>107</sup> PIRAMBU, em Fortaleza, é 7º maior aglomerado do país, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/pirambu-em-fortaleza-e-7-maior-aglomerado-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em 10 mar. 2017.

<sup>108</sup> Índice de Desenvolvimento Humano.

Ceará (EAMCE), o qual era de suma importância para a concretização das atividades e a incorporação de valores de disciplina na rotina das crianças que participavam do projeto.

A EAMCE, além de disponibilizar o espaço físico para ambientar algumas das atividades, ainda servia almoço e lanche em abundância às crianças, permitindo que levassem os excedentes para suas famílias. Vale informar que as crianças eram conduzidas da sede do Pirambu até a EAMCE, em transporte oficial cedido pelo IFCE, duas vezes por semana, para que pudessem conhecer e estabelecer contato com outros espaços públicos. Aos sábados, as crianças eram conduzidas ao IFCE para um dia de lazer dirigido, com jogos, banho de piscina e exibição de filmes. Ainda eram realizadas palestras com temas voltados a noções de higiene, empreendedorismo e relações interpessoais, sob a orientação da equipe de gestão do IFCE.<sup>109</sup>

Na Casa do Saber, além do reforço escolar, foram implementadas também atividades esportivas, culturais e de lazer, que na compreensão dos e das profissionais, eram atividades indispensáveis ao crescimento, desenvolvimento físico, intelectual e afetivo das crianças e adolescente que ainda se encontravam em processo de formação.<sup>110</sup>

Com a aquisição da nova sede do Movimento Emaús, situada à Rua Nossa Senhora das Graças, foram ampliadas as instalações e criaram-se novos equipamentos socioculturais, de lazer e educativos como a Biblioteca Integrada a Lan House (BILA) que “promove a inclusão digital ao mesmo tempo em que incentiva a leitura”.<sup>111</sup>

A dinâmica de atendimento da BILA é bastante inovadora; para que usuários e usuárias tenham acesso à internet é necessária à realização de leituras, ou seja, para cada hora de leitura, uma hora de acesso à internet. Esse tipo de iniciativa traz muitos benefícios e está em consonância com o pensamento defendido por Bari:

[...] se a leitura não é disponibilizada, nem do ponto de vista dos itens (livros e periódicos, p. ex.), nem do ponto de vista dos ambientes sociais voltados para a leitura, fica comprometida a familiarização dos cidadãos e das cidadãs com a prática social da leitura. Se a formação do hábito leitor vem da familiaridade, o prazer é uma mistura desta familiaridade com um nível de letramento que permite uma leitura descontraída. O gosto pela leitura, atingido na fase mais madura do letramento, é o estabelecimento de preferências personalizadas por um elenco de gêneros e autores, que imprime elementos de identidade ao hábito e ao prazer pela

<sup>109</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 1994.

<sup>110</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 1995.

<sup>111</sup> OLIVEIRA, Mauro; TONIETO, Márcia; FAUSTINO, Joviniano; MARIANO, Ana. *Pirambu Digital Inclusão Social com Tecnologia Digital*. 2008. p. 5. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbie-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbie-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.



leitura, com fruição intelectual e criatividade em relação à apropriação e ressignificação da informação e do conhecimento.<sup>112</sup>

Conforme mostraram os relatórios<sup>113</sup>, os resultados alcançados com esse tipo de iniciativa foram bastante visíveis. Com a prática da permuta, as pessoas desenvolveram o hábito da leitura, ampliaram e melhoraram seus vocabulários e conseqüentemente, exercitaram suas escritas. E ainda passaram a fazer uso dessas ferramentas em sua vida social.

Soares definiu como letramento, o uso social da leitura e da escrita.<sup>114</sup> Para a autora, “[...] não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”.<sup>115</sup>

Ainda em relação à prática da leitura e da escrita, a autora diz que: “[...] quem aprende a ler e a escrever e passa a usar a leitura e a escrita, a envolver-se em práticas de leitura e de escrita, torna-se uma pessoa diferente, adquire um estado, uma outra condição”.<sup>116</sup>

As pessoas tornaram-se diferentes após aprenderem a ler e escrever, porque, adquiriram uma nova forma de encarar os problemas que as cercavam; saíram do anonimato, da “condição de objeto” e passaram a interagir socialmente e culturalmente, modificando e melhorando o meio social em que estavam inseridas. “[...] o letramento cobre uma vasta gama de conhecimentos, habilidades, capacidades, valores, usos e funções sociais [...]”.<sup>117</sup>

O desenvolvimento de uma nação depende muito dos conhecimentos construídos ou adquiridos pelos seus habitantes. É na interação e no convívio direto com a cultura e os costumes que as pessoas passam a se conhecer e reconhecer o outro como outro. Segundo Sacristán,

Não podemos educar o vazio se não com nutrientes culturais; tampouco podemos educar para o vazio ou para uma sociedade inexistente, mas sim para habilitar

<sup>112</sup> BARI, Valéria, *Leitura escolar e histórias em quadrinhos: fruição intelectual, criatividade e formação de gostos de leitores*. p. 26.  
Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/17>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

<sup>113</sup> RELATÓRIOS de metas alcançadas em 2000 e 2001.

<sup>114</sup> SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed. 10. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 18. Letramento é, pois, o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita.

<sup>115</sup> SOARES, 2005, p. 20.

<sup>116</sup> SOARES, 2005, p. 36.

<sup>117</sup> SOARES, 2005, p. 66.

sujeitos a entender e a participar de sua cultura, das atividades da sociedade, da contemporaneidade de seu mundo, de seu país e de seu tempo.<sup>118</sup>

Assim, a melhoria da vida cotidiana dos moradores e moradoras do bairro Pirambu teve início, segundo consta nos relatórios<sup>119</sup>, a partir do surgimento da “Escolinha Santa Eliza” que gerou bons frutos, servindo de base para que outros projetos fossem gestados, elaborados e executados, por meio das parcerias entre o IFCE e o Movimento Emaús, reafirmando o papel da Instituição como indutora de desenvolvimento e inclusão social. Na opinião de Oliveira, “[...] as Instituições de ensino devem atuar diretamente como agentes transformadores da sociedade, enquanto forem fontes produtoras e divulgadoras de conhecimento”.<sup>120</sup>

Assim, com o desejo de intensificar ações inclusivas, transformando e incluindo pessoas consideradas vulneráveis, o IFCE, em 2002, implantou o primeiro curso preparatório Pró-técnico, em parceria com o Movimento Emaús, a fim de promover, gratuitamente, aulas de revisão de conteúdo e reforço escolar para 40 estudantes de escolas públicas do Pirambu e adjacências, visando contribuir com o ingresso dessas pessoas ao ensino integrado<sup>121</sup> do IFCE (antigo CEFET/CE).

Merece destacar o depoimento de um dos membros da equipe organizadora que aparece em um dos relatórios:

[...] as crianças rolavam no chão do pátio do IFCE, achando o chão muito limpo. Outro fato marcante: quando retornavam de uma visita ao Laboratório de Informática do IFCE, o veículo oficial ao se aproximar da Rua Santa Elisa, a gritaria das crianças e jovens era grande, e aconteceu um diálogo entre dois adolescentes, um dentro e o outro fora do ônibus. Conta o Professor que o garoto indagou: - Abestado, tu vem da onde?- Abestado é tu! Eu tava na Escola Tecs. – Tu pensa que sou abestado, é? Aquela escola não é pra tu não!<sup>122</sup>

Realmente, os jovens teriam razão, se não fosse a oferta do Pró-técnico, curso preparatório com aulas gratuitas e com conteúdos totalmente voltados ao exame de seleção do IFCE. Aqueles e aquelas jovens jamais teriam conhecido ou estudado em uma escola técnica com excelente estrutura física como a do IFCE.

<sup>118</sup> SACRISTÁN, J. Gimeno. *A educação obrigatória: seu sentido educativo e social*. Porto Alegre: ArtMed. Trad. Jussara Rodrigues, 2001. p. 28.

<sup>119</sup> RELATÓRIOS de metas alcançadas em 2002, 2003 e 2004.

<sup>120</sup> OLIVEIRA; TONIETO; FAUSTINO; MARIANO, 2008, p. 2.

<sup>121</sup> Integrados são cursos de formação profissional técnica de nível médio, integrados ao ensino médio tradicional. Poderão inscrever-se para esta modalidade de ensino, estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do Ensino Fundamental. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>122</sup> RELATÓRIO de ações da Casa do Saber, 1993.

Com base nas perspectivas daquelas crianças, a Escola Técnica não era mesmo para elas, que eram oriundas de famílias que viviam em situação de vulnerabilidade, sem condições até mesmo de suprir as necessidades básicas; elas não tinham condição de concorrer com milhares de estudantes, enfrentando processos seletivos com características excludentes, a fim de ocupar uma das pouquíssimas e disputadas vagas que são ofertadas para o ensino técnico integrado.

Os cursos que integram essa modalidade de ensino são, ao todo, seis, (Informática, Edificações, Eletrotécnica, Mecânica, Telecomunicações e Química).<sup>123</sup> A forma de ingresso é por meio do exame de seleção. Todos esses cursos têm duração de quatro anos, e são ofertados no período diurno; com exceção do curso de Informática que é ofertado também no período da noite.<sup>124</sup>

Esse preparatório sempre apresentou bons resultados. Em 2005, das 40 pessoas que participaram do Pró-técnico durante o ano de 2004, 26 estudantes foram aprovados e aprovadas e ingressaram nos cursos de nível médio do IFCE.<sup>125</sup>

O Pró-técnico funcionou nas dependências físicas do Emaús, no período de 2002 a 2011. No início de 2012, o projeto passou por algumas reformulações nos componentes curriculares ofertados e foi remanejado para ser desenvolvido nas dependências físicas do IFCE, *Campus* Fortaleza, registrando também bons resultados: das 40 pessoas participantes, 63% obtiveram aprovação. Infelizmente, o projeto teve que ser extinto em 2013, por falta de espaço físico no IFCE.<sup>126</sup>

Na sequência, mediante os resultados alcançados com as ações realizadas pela parceria entre o IFCE e o Movimento Emaús, a empresa LG Electronics Brasil<sup>127</sup> disponibilizou um aporte financeiro bem significativo, a fim de custear a oferta de dois cursos técnicos na área de informática. Os cursos tinham conhecimentos específicos, ou seja, um em

---

<sup>123</sup> Cursos Técnicos. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos/integrados>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>124</sup> Curso Técnico Informática. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos/integrados/informatica>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>125</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2005.

<sup>126</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2012.

<sup>127</sup> A LG Electronics Brasil é uma multinacional sul-coreana gigante e a maior companhia de eletroeletrônicos instalada no Brasil. Faz parte do LG Group e está presente em mais de 150 países, com fábricas instaladas nos quatro continentes. Disponível em: <<https://sisestagio.ifsuldeminas.edu.br/visualizar/ver/264>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Desenvolvimento de Software e o outro em Conectividade, para 120 jovens da comunidade do Pirambu.<sup>128</sup>

Na opinião de Mauro Oliveira<sup>129</sup>, foi uma grande conquista para essas pessoas, porque formaria “jovens que, até então, mal conheciam um computador, tiveram a chance de se tornarem técnicos em informática”.<sup>130</sup>

Vale ressaltar que a empresa LG Electronics ainda financiou a construção da estrutura física para locação dos dois cursos, bem como a aquisição de todos os equipamentos de informática para a instalação do Laboratório de Prática Profissional que iria dar suporte à formação técnica e profissional das pessoas beneficiadas pelos cursos de Desenvolvimento de Software e Conectividade.

Na fase de conclusão dos cursos citados, implantou-se a “Cooperativa Pirambu Digital”<sup>131</sup>, contando com a participação e o empreendedorismo de 54 jovens, que eram estudantes dos cursos de Desenvolvimento de Software e Conectividade, na faixa etária entre 18 a 24 anos. Esses e essas jovens foram responsáveis pelo novo empreendimento e tinham que torná-lo autossustentável, bem como, deviam criar vínculo com o próprio bairro por meio de estratégias que auxiliassem “no desenvolvimento do seu entorno social e, mais importante, que viria a ser a característica maior do Pirambu Digital: ao contrário do que acontece na maioria das vezes, o bairro não perdeu seus jovens talentos recém-formados”.<sup>132</sup>

O Pirambu Digital apresentou amplo destaque, porque os e as estudantes foram incentivados e incentivadas a assumir o desafio de criar e gerir um empreendimento que fosse capaz de produzir renda, bem como promover ações de cunho social, com capacidade de devolver à população, os benefícios antes recebidos da sociedade. Esse compromisso de devolver à comunidade as benesses que os e as estudantes receberam durante a formação, com

---

<sup>128</sup> Cursos de Desenvolvimento de Software e Conectividade. Disponível em: <<http://aracatidigital.wixsite.com/aracatidigital-us/pirambu-digital>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>129</sup> Antonio Mauro Babosa de Oliveira, doutor em Informática (Université Pierre et Marie Curie, Paris VI - 1993) e dois pós-doutorados em Telecomunicações: King's College of London - Inglaterra (2003-2004) e University of Ottawa - Canada (2009-2010). Foi Diretor Geral do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, CEFET, Ceará (1998). Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

<sup>130</sup> PIRAMBU Digital. Disponível em: <<http://aracatidigital.wixsite.com/aracatidigital-us/pirambu-digital>>. Acesso em: 09 mar. 2017.

<sup>131</sup> OLIVEIRA, 2008. O Pirambu Digital é um empreendimento socioeducacional e cultural comunitário, baseado em princípios da economia solidária, decorrente da parceria entre o CEFET Ceará e o Movimento EMAÚS. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbie-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbie-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>132</sup> OLIVEIRA; TONIETO; FAUSTINO; MARIANO, 2008, p. 3.

prestação de serviços gratuitos, tem como base teológica cristã os ensinamentos de Jesus ao enviar os discípulos ao povo: “[...] de graça recebeste, de graça dai”.<sup>133</sup>

Vale destacar que o gesto de devolução dos benefícios recebidos, em forma de prestação de serviços à comunidade, era a única condição exigida a cada estudante dos referidos cursos. Esse compromisso foi assumido por todos e todas, no ato de suas matrículas.<sup>134</sup>

A Cooperativa Pirambu Digital é formada por microempresas<sup>135</sup> de egressos e egressas dos referidos cursos; está sob a orientação e supervisão do Professor Doutor em Informática<sup>136</sup> do IFCE, Mauro Oliveira, que sempre acreditou no protagonismo juvenil. Oliveira afirma que:

A possibilidade de crescimento pessoal e profissional dos jovens que convivem com essa realidade passa a depender de iniciativas voltadas à redução das diferenças de oportunidades. Estas iniciativas estimulam os jovens a resgatar a sua identidade na intervenção direta da comunidade onde vivem como protagonistas de uma realidade.<sup>137</sup>

Mauro Oliveira sempre depositou confiança na capacidade de gestão dos novos empreendedores. Acompanhou de perto o desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes, orientando e instruindo para que essas pessoas recém-formadas assumissem a cooperativa e a fizessem progredir. A meta era que as microempresas fossem capazes de gerar renda para os cooperados e as cooperadas, e ainda prestar serviços gratuitos à comunidade, na área de tecnologia da informação, em reconhecimento e gratidão aos cuidados recebidos do IFCE por meio de “projetos sociais”.<sup>138</sup>

Na perspectiva de internalizar valores éticos e morais, foi implantada também uma ação geradora de cidadania entre as pessoas usuárias da Cooperativa Pirambu Digital. Na entrada da Cooperativa, encontravam-se expostos produtos alimentícios para que as pessoas

<sup>133</sup> Mateus, 10, 8. Bíblia Sagrada - Antigo e Novo Testamentos. Tradução do Pe. Antonio Pereira de Figueiredo.

<sup>134</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2010.

<sup>135</sup> A Cooperativa Pirambu Digital cria quatro unidades de produção nas áreas de competência de Desenvolvimento de Software e de Conectividade: PODES – Polo de Desenvolvimento de Software; FÁCIL – Fábrica de Computadores com Inteligência Local; TREVO – Treinamentos e Eventos; NÊGA – Negócios e Administração, para gerir os empreendimentos. p. 3. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbic-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbic-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

<sup>136</sup> OLIVEIRA; TONIETO; FAUSTINO; MARIANO, 2008, p. 2.

<sup>137</sup> ARRUDA, José Maria. *Quem mexeu no meu picolé?* Jornal O POVO Coluna OPINIÃO – 24 abr. 2004. Memorial Alegrete. p. 112. Disponível em: <<https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/05/10-ze-de-william.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

<sup>137</sup> BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 10.

<sup>138</sup> OLIVEIRA; TONIETO; FAUSTINO; MARIANO, 2008, p. 9.

pegassem à vontade e depositassem o valor estipulado de cada produto, na urna disponibilizada ao lado dos produtos. Essa ação foi inspirada no “Projeto Sorveteria Zé de William”, implantado no IFCE, nos anos 1990. Conforme as palavras de Arruda:

Recentemente, o diretor do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-CE), professor Mauro Oliveira, iniciou uma experiência que, segundo ele, pode significar o marco pedagógico na aprendizagem e internalização dos valores éticos. A coisa é simples: Ele colocou uma galeria de picolés à disposição dos alunos e das alunas. Cada aluno e aluna pode pegar a vontade seu picolé devendo depositar, no entanto, 50 centavos. Não há vigilância, não há punição. Somente a consciência individual e a geladeira cheia de picolés para todos e todas. No primeiro dia de experiência, comprovou-se que mais de 80% haviam pago seu picolé. O restante, porém, tomou sem pagar. Vitória ou derrota da ética?<sup>139</sup>

O IFCE sempre demonstrou zelo e afetividade, principalmente para com seu corpo discente. O cuidado e a dedicação marcam seu comprometimento com a formação integral do ser humano. O cuidado com o corpo discente sempre esteve presente durante toda sua trajetória como Instituição de Ensino.

A propósito, no que diz respeito à prática do cuidado, Boff expõe o seguinte: “[...] cuidar é mais que um ato; é uma atitude. Portanto, abrange mais que um momento de atenção, [...] ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo com o outro”.<sup>140</sup>

### 3.3 PEPI: uma ferramenta que visa à inclusão social

Diante de tudo que já foi exposto, vale salientar que a parceria entre o IFCE e o Movimento Emaús foi consolidada, oficialmente, em 2005; mediante a celebração de um Convênio de Cooperação Técnica (CCT), bem como por meio do Plano de Trabalho (PT) que estabeleciam as condições e procedimentos de cada instituição para o cumprimento e efetivação do objeto principal da parceria que era:

Realizar Cursos Preparatórios de Pré-vestibular, destinados a ALUNOS E ALUNAS DAS ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO DAS REDES PÚBLICAS, MUNICIPAL E ESTADUAL DE FORTALEZA, a fim de que os mesmos possam ingressar nos cursos universitários, conforme o Plano de Trabalho que integra o convênio nº 5/2013, como se nele transcrito estivesse, para todos e todas, os fins de direito.<sup>141</sup>

<sup>139</sup> ARRUDA, 2004, p. 112. Disponível em: <<https://amaurooliveira.files.wordpress.com/2011/05/10-ze-de-william.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

<sup>140</sup> BOFF, 2002, p. 10.

<sup>141</sup> DIÁRIO Oficial da União – Seção 3. Nº 117, quinta-feira, 20 de junho de 2013 – ISSN 1677-7069, p. 39 Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/06/2013&jornal=3&pagina=39&totalArquivos=240>>. Acesso em 27 jul. 2017

Assim, desenvolver políticas públicas e programas de inclusão social constituiu-se em uma das grandes metas previstas para a promoção e a oferta de educação, permitindo que pessoas oriundas de comunidades em situação de vulnerabilidade social, pudessem, também, ter acesso e oportunidade de cursar o ensino superior do IFCE e de outras instituições de ensino superior.

Nessa perspectiva, após a celebração do convênio de cooperação técnica, o Diretor Geral do IFCE, juntamente com um grupo de professores e professoras, elaboraram o projeto de extensão Pré-ENEM Pirambu (PEPI), que se constituía de uma ação social inclusiva que visava preparar, gratuitamente, pessoas que concluíram ou estavam concluindo a 3ª série, oriundas de escolas públicas das redes municipal e estadual, localizadas no bairro Pirambu e adjacências.

O PEPI representava um grande destaque, porque tinha o propósito de contribuir com o ingresso e a permanência dos e das estudantes aos cursos superiores; ajudava a reduzir as disparidades sociais, historicamente imperantes entre as pessoas consideradas vulneráveis e ainda democratizava o acesso e a inclusão dos e das jovens nesse nível de ensino.

Em relação à inclusão, Padilha expõe vários conceitos que merecem uma reflexão. “Incluir alunos e alunas na escola no bairro, na cidade, no estado e no país é excluir o tempo de espera no qual muitos de nós estamos. Incluir é saber-se capaz de entender que a história não acabou e ninguém deve fazer, por nós, a nossa história”.<sup>142</sup>

Na compreensão da autora:

[...] a educação é um direito e instrumento básico para o exercício da cidadania. Que sem uma organização da comunidade convocada pelos educadores comprometidos e pelas educadoras comprometidas com a justiça social não adianta ter nenhuma lei, nenhuma resolução, nenhum discurso oficial sobre a inclusão dos e das pobres [...].<sup>143</sup>

Assim, professores e professoras do Quadro Permanente do IFCE e da Universidade Federal do Ceará (UFC), juntamente com pessoas voluntárias estudantes dos cursos de licenciaturas e de áreas afins de outras faculdades e universidades, que sensibilizados e sensibilizadas com a falta de conhecimentos sistematizados daquelas pessoas, aceitaram ministrar as aulas do PEPI, durante os anos de 2005 e 2006.

<sup>142</sup> PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (orgs). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. Coleção educação contemporânea. p. 108.

<sup>143</sup> PADILHA, 2013, p. 107.

A partir de 2007, tanto a coordenação quanto às aulas do PEPI ficaram sob a responsabilidade de estudantes do ensino superior do IFCE, sob orientação e supervisão da equipe de profissionais lotada na Diretoria de Extensão (DIREX) do IFCE, juntamente com pessoas que prestavam serviços ao Movimento Emaús.

Atualmente, o foco principal do PEPI é preparar pessoas para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Embora, continue preparando para os vestibulares de algumas universidades, faculdades públicas e privadas; para o exame de seleção dos cursos técnicos do IFCE e para participar de concursos públicos. Busca também, construir aprendizagens e meios eficazes para garantir aos cidadãos e às cidadãs uma formação adequada para o atendimento das demandas e exigências do mundo do trabalho.

A partir do uso das tecnologias como ferramenta de trabalho e de informação, surgiu a necessidade de se ofertar uma formação profissional aos trabalhadores e às trabalhadoras, o que vem gerando debate e preocupação. Conforme as palavras de Lima:

[...] o debate em torno da formação e da qualificação profissional não é recente, e nos dias atuais se intensifica em razão das inovações técnico-organizacionais, sob o impacto das novas tecnologias inseridas no mundo do trabalho. [...] a formação e a qualificação profissional fazem parte da história do trabalho e sua realização exige daqueles que a efetivam o domínio de certos conhecimentos e habilidades.<sup>144</sup>

Em 2005, o propósito de idealizar o PEPI foi para atender as demandas reprimidas da comunidade do Pirambu e adjacências, especificamente aquelas pessoas que já haviam concluído ou estavam cursando o ensino médio e não vislumbravam nenhuma perspectiva de ingressar e permanecer nas universidades.

A princípio, o objetivo do PEPI era atender a uma turma de 50 pessoas, como estava estabelecido no convênio e no plano de trabalho<sup>145</sup>, mas a procura foi além do que se esperava. Assim, em 2010, ampliaram-se as vagas e foram ofertadas duas turmas, cada qual com 45 estudantes, totalizando um universo de 90 pessoas; o que ainda não foi suficiente, mediante a grande demanda.

Nos anos seguintes voltou-se a ofertar apenas uma turma. Em 2014, a procura novamente ultrapassou o número de vagas e mais uma vez foi necessário ofertar duas turmas. Somente a partir de 2015, ficou sendo ofertada só uma turma. O critério para o preenchimento

---

<sup>144</sup> LIMA, Francisca das Chagas Silva. O novo paradigma técnico-produtivo e a qualificação do trabalhador. In: SOUSA, Antonia de Abreu. *Educação profissional: análise contextualizada*. SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs) – Fortaleza: CEFET-CE, 2005. p. 63.

<sup>145</sup> Convênio nº 5/2013 e o seu Plano de Trabalho que determinava que fossem selecionados 50 alunos e alunas para participarem de uma turma de pré-vestibular.



das vagas seguia a ordem de inscrição. Na medida em que as pessoas iam se inscrevendo, as vagas iam sendo preenchidas. Após completar a turma de 50 pessoas, as outras que se inscreviam posteriormente, formavam um banco de reserva e seriam convocadas, caso alguém desistisse, mas essa chamada só era possível nas primeiras semanas de aula.<sup>146</sup>

A operacionalização de todas as atividades desenvolvidas no PEPI era, e ainda continua sendo, de total responsabilidade de ambos os parceiros. É da competência do IFCE selecionar e encaminhar monitores e monitoras das áreas de Física, Matemática, Química, Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Biologia, Geografia, História e Redação, bem como custear e efetuar mensalmente, o pagamento de uma bolsa para cada monitor e monitora, conforme a “disciplina ministrada”.<sup>147</sup>

Ainda eram e continuam sendo atribuições do IFCE disponibilizar gratuitamente, todo o material didático a ser utilizado pelas pessoas que participam do PEPI; fazer o acompanhamento pedagógico, conjuntamente com o Movimento Emaús; e disponibilizar transporte oficial para a condução dos e das integrantes para participarem de visitas técnicas às instituições, museus, bibliotecas públicas, subsidiando o enriquecimento das aulas e dos componentes curriculares ofertados. O Movimento Emaús é responsável pela disponibilização do espaço físico para ambientar o PEPI; divulgar e inscrever as pessoas para formar as turmas; cuidar da limpeza, conservação e manutenção das instalações e dos equipamentos, bem como cuidar da segurança e integridade das pessoas e “zelar pelos bens patrimoniais”.<sup>148</sup>

Como houve êxito no desenvolvimento das atividades, com resultados satisfatórios, o convênio já foi aditado mais de três vezes consecutivas, observando-se o interesse comum dos convenientes, sendo que em 2013 foi realizada a feitura de um novo convênio e plano de trabalho, sob o número 5/2013; com duração de sessenta meses, ou seja, com prazo de vigência de 20 de junho de 2013 a 19 de junho de 2018, conforme está publicado no DOU.<sup>149</sup>

Esse modelo de ação de extensão está contemplado no Projeto Político Pedagógico (PPP) do IFCE e tem grande visibilidade, porque ajuda na democratização do acesso ao ensino superior. Em relação à democratização, Oliveira, Catani, Hey e Azevedo consideram que será impossível de acontecer sem a participação efetiva das esferas federal e estadual:

---

<sup>146</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2010.

<sup>147</sup> Convênio nº 5/2013, de 03 de junho de 2013.

<sup>148</sup> Convênio nº 5/2013, de 03 de junho de 2013.

<sup>149</sup> Diário Oficial da União – Seção 3. Nº 117, quinta-feira, 20 de junho de 2013 – ISSN 1677-7069. p. 39. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/06/2013&jornal=3&pagina=39&totalArquivos=240>>. Acesso em: 27 jul. 2017

[...] a perspectiva de democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil não poderá se efetivar sem uma ampliação dos investimentos da União e dos Estados na oferta desse nível de ensino, bem como sem um aumento dos gastos públicos na educação básica e nas diferentes modalidades de educação e ensino”.<sup>150</sup>

Esse nível de ensino ainda é um desafio a ser superado por muitas pessoas que buscam uma escolaridade mais elevada. “É preciso reconhecer que a elevação da qualificação geral da população brasileira constitui-se em aspecto essencial em uma sociedade e em uma economia baseada cada vez mais na educação e no conhecimento”.<sup>151</sup>

Historicamente, a educação superior era para poucos, somente a elite gozava desse privilégio. Com o surgimento de ações afirmativas, a inclusão das minorias tornou-se uma realidade. “As mudanças na educação ao longo dos anos assumiram muitas formas e progressos graduais foram feitos. Os desenvolvimentos têm sido cada vez mais progressistas rumo a critérios educacionais e sociais mais inclusivos”.<sup>152</sup>

A educação sempre foi entendida como uma política pública que deve ser ampliada a fim de dar oportunidades às pessoas que buscam adquirir conhecimentos. Azevedo considera a educação como “um dos fatores mais importantes para a redução das desigualdades”.<sup>153</sup>

Freire também compreende que a educação é dinamizadora, é um instrumento para o processo de mudança, um método ativo, dialógico e participativo. O autor afirma que “[...] na medida em que os homens (seres humanos), dentro de sua sociedade, vão respondendo aos desafios do mundo, vão temporalizando os espaços geográficos e vão fazendo história pela sua própria atividade criadora”.<sup>154</sup>

Dessa forma, a educação oferece possibilidades de ação e de transformação. A pessoa escolarizada é consciente, crítica e atuante. A pessoa que educa, jamais deverá restringir os e as estudantes aos seus doutrinários. Deverá procurar, portanto, estimulá-los e estimulá-las a criação para que se transformem em cidadãos e cidadãs críticos e críticas, reflexivos e reflexivas, e que sejam capazes de conquistar maior liberdade com vistas à inclusão com igualdade.

<sup>150</sup> OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. *Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil*. Brasília: INEP, 2008. p. 84.

<sup>151</sup> OLIVEIRA, CATANI, HEY, AZEVEDO. 2008, p. 85.

<sup>152</sup> LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

<sup>153</sup> AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. Ed. Ampl. São Paulo: Autores Associados, 2001. Campinas. Coleção polêmicas do nosso tempo. Vol. 56. p. 15.

<sup>154</sup> FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p. 33.

A escola é o espaço social em que as pessoas aprendem a exercer cidadania, ou seja, adquirem conhecimentos que lhes permitem a participação e o usufruto dos direitos individuais e coletivos. Na opinião dos autores Martinez<sup>155</sup> e Rodrigues<sup>156</sup>, a escola é o lugar propício para a preparação de homens e mulheres para que sejam capazes de responder aos desafios do mundo globalizado. Desse modo, Padilha demonstra um desejo ardente de que todas as pessoas, principalmente crianças e jovens, tenham acesso aos equipamentos de ensino e que possam apreender tudo o que lhes for necessário:

[...] desejamos justiça social, pertencimento e acesso aos bens materiais e simbólicos da cultura. Proclamamos que todas as crianças e jovens devem estar na escola e que a escola deve ensinar tudo a todos e todas. [...] de acordo com as suas necessidades [...].<sup>157</sup>

Contudo, “a escola, por si, não forma o cidadão e a cidadã: a escola o e a prepara, o e a instrumentaliza, dá condições para que ele e ela possam se formar e se construir”.<sup>158</sup> Portanto, é imprescindível que haja interação entre o corpo docente e discente para que o processo de apreensão do conhecimento aconteça de forma satisfatória.

O diferencial do PEPI é a incessante busca da inclusão dos mais pobres, por isso apresenta-se como um curso extensivo com início entre fevereiro e/ou março e que só se encerra após a realização de todos os processos seletivos ofertados pelas diversas universidades e faculdades.

O PEPI possui uma dinâmica diferenciada no seu fazer pedagógico. No primeiro dia de aula, a equipe da Diretoria de Extensão, juntamente com os monitores e as monitoras, promove um encontro com as pessoas participantes do PEPI com vivências lúdicas, a fim de estimular a participação em atividades de integração e socialização. Conforme a figura abaixo:

---

<sup>155</sup> MARTINEZ, Paulo. *Direito de cidadania: um lugar ao sol*. São Paulo: Scipione, 1996.

<sup>156</sup> RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>157</sup> PADILHA, 2013, p. 103.

<sup>158</sup> RODRIGUES, 1998, p. 56.



Fotografia<sup>159</sup> n° 1 – explicação da vivência, seus objetivos, formas e procedimentos de execução

Esses tipos de atividades servem para descontrair e instigar a reflexão do grupo sobre as relações de convivência, de ajuda mútua, de interação, de compromisso e de responsabilidade entre as pessoas, no decorrer das aulas do PEPI.

Na sequência, é realizada também uma visita técnica, na perspectiva de que a turma conheça as instalações físicas e os serviços prestados pelo IFCE. Na ocasião, é feita a apresentação dos monitores e das monitoras que irão ministrar as aulas; são discutidas e construídas as regras de convivência, é distribuído o material didático; acontece também uma sessão de depoimentos dos e das estudantes de turmas anteriores, expressando sentimento de gratidão, das vitórias e conquistas, após ter participado do PEPI.



Fotografia<sup>160</sup> n° 2– Aula inaugural do PEPI, auditório do IFCE

---

<sup>159</sup> Foto: SILVA, A., 2013.

Essas pessoas são conduzidas, em veículo oficial, da sede do Movimento Emaús ao IFCE, porque na compreensão da equipe, o primeiro contato com a Instituição é importantíssimo para a motivação da vida acadêmica e a aproximação dessa clientela com o espaço escolar.<sup>161</sup>

Nessa perspectiva, Silva e Freitas afirmam que: “[...] conhecer a escola é uma condição prévia para falar dela, a aproximação [...] é um movimento de igual densidade e relevância à medida que a sociabilidade específica que a escola oportuniza [...]”.<sup>162</sup>

Vale ressaltar que a pretensão de manter o PEPI tem sido priorizada, porque apresenta diversos pontos positivos: a ascensão acadêmica dos e das jovens que ministram as aulas no projeto, oferecendo-lhes oportunidades de aprimorar a formação profissional; o expressivo índice de aprovação dos e das participantes; o reconhecimento da democratização do acesso dessas pessoas às universidades públicas e privadas; o histórico de aprovação dessas pessoas em concursos públicos.

Outro ponto relevante que merece destaque é que o PEPI vem servindo de laboratório para a prática acadêmica e profissional dos e das estudantes das Licenciaturas do IFCE, propiciando-lhes uma aproximação com a vivência prática da sala de aula, assim como, o contato direto com ações voltadas aos projetos sociais e de extensão que visam à inclusão. Na compreensão de Oliveira, ser monitor ou monitora do PEPI: “não se trata de voluntariado nem de estágio profissional! É o aluno, a aluna, futuro empresário, futura empresária, político, política, líder comunitário e líder comunitária, conhecendo mais a cidade camuflada ao lado das grandes avenidas e seus marginalizados, suas marginalizadas, incluindo-os e incluindo-as no seu universo, que estrutura os sonhos de cidadania”.<sup>163</sup>

Vale destacar também que o PEPI é totalmente gratuito, todo o material pedagógico é custeado pelo IFCE, bem como o pagamento da bolsa aos monitores e às monitoras que ministram as aulas. Estes e estas são estudantes das Licenciaturas e de outros cursos superiores do Instituto Federal, configurando exemplos de sucesso para impulsionar os

---

<sup>160</sup> Foto: OLIVEIRA, T., 2014.

<sup>161</sup> RELATÓRIO de metas alcançadas em 2014.

<sup>162</sup> SILVA, Ana Paula Ferreira da, FREITAS Marcos Cesar de. Escolarização, trabalho e sociabilidade em “situação de risco”: apontamentos para uma antropologia da infância e da juventude sob severa pobreza. In: FREITAS, Marcos Cesar de. (org.). *Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude*. São Paulo: Cortez, 2006. p. 25.

<sup>163</sup> OLIVEIRA, Mauro. PROJETO FORMAÇÃO CIDADÃ O Sonho de Renata! Jornal Diário do Nordeste, Caderno de Informática – 11/set/1995. Memorial Alegrete. p. 114. Disponível em: <<https://amaurooliveira.files.wordpress.com/2011/05/10-ze-de-william.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

candidatos e as candidatas a alcançarem seus sonhos de ingressar também em uma faculdade ou universidade.

A dinâmica de desenvolvimento das aulas é expositiva e dialogal; os monitores e as monitoras estabelecem um diálogo com a turma, na perspectiva de que haja uma melhor aproximação entre os conteúdos e os pares, sujeitos do processo. Com essa atitude, os e as estudantes adquirem confiança e passam a acreditar em sua capacidade e potencialidade de aprendizagem.

A prática do diálogo está em consonância com o pensamento de Freire. O autor afirma que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades de produzir ou construir o seu mundo, ser o sujeito do processo. Define “o diálogo, como encontro dos homens (seres humanos) para a tarefa comum de saber agir [...]”.<sup>164</sup>

Freire propôs o método “de aprendizagem a partir de experiências”<sup>165</sup> para facilitar o aprendizado dos indivíduos, tornando cada qual sujeito de sua própria história, despertando em cada pessoa, a consciência de um ser em construção, capaz de buscar a emancipação e sair do estado de objeto, de ser passivo, de ser um “depósito de ‘comunicados’”.<sup>166</sup>

Para o autor, a libertação autêntica tem como base a práxis, implicando em ação e reflexão para que os homens e as mulheres possam realizar-se e transformar o meio em que vivem, sem agredi-lo. Freire completa: “A educação autêntica, não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo”.<sup>167</sup>

Assim, os conteúdos abordados nas aulas do PEPI são, em sua maioria, dialógicos e fundamentados em assuntos de exames anteriores. São feitas também resoluções de questões de provas passadas, revisão de exercícios, tira-dúvidas, discussão de temas da atualidade por meio de “aulões” e seminários, além do desenvolvimento de atividades lúdicas e momentos de descontração como forma de desestressar as pessoas que frequentam o PEPI.<sup>168</sup>

---

<sup>164</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 93.

<sup>165</sup> MENEZES, Ebenezer Takuno. *O método freiriano*, 01 jan. 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/metodo-freireano/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

<sup>166</sup> FREIRE, 2005, p. 72.

<sup>167</sup> FREIRE, 2005, p. 97.

<sup>168</sup> RELATÓRIO das metas alcançadas em 2012.



Fotografia<sup>169</sup> n° 3– Atividade lúdica e interativa

Com o intuito de melhorar a qualidade do ensino ofertado, ao final de cada ano, as pessoas que participam do PEPI são convidadas a responder um questionário com perguntas concernentes ao desempenho de cada monitor e de cada monitora. São levantados e questionados pontos que se julgam pertinentes como: o grau de conhecimento de cada componente curricular, a didática aplicada, o domínio de conteúdo, a desenvoltura e a interação dos monitores e das monitoras com a turma.

A participação das pessoas nesse processo avaliativo sempre foi de fundamental importância para o fortalecimento, o crescimento metodológico e a ampliação dos resultados do PEPI, porque apresentavam críticas construtivas e sugestões que nortearam positivamente o desenvolvimento, melhoria e a qualidade do PEPI.

Segundo o coordenador<sup>170</sup> dos anos de 2013 e 2014, sempre existiu um cuidado especial com a formação das pessoas que participavam do PEPI. Os conhecimentos eram construídos mediante a interação entre as pessoas envolvidas no processo formativo, existindo um entrosamento entre os sujeitos, bem como uma relação de flexibilidade na prática pedagógica, embora aparecessem características de aulas tradicionais. Essas características estavam visíveis nos depoimentos desse coordenador:

Neste projeto, busca-se ao máximo, proporcionar aos alunos e as alunas da comunidade alguns benefícios que venham a ser útil em sua vida profissional, após a sua participação em nosso projeto. Construindo conhecimentos através da mediação entre professor e aluno/professora e aluna, de forma em que haja uma interação no processo de ensino e aprendizagem dentro dos conhecimentos adquiridos ao longo do projeto. Havendo assim, uma parceria tanto nas aulas tradicionais quanto em

<sup>169</sup> Foto: SILVA, A., 2012.

<sup>170</sup> A Coordenação do PEPI ficava sob a responsabilidade de um dos monitores e ou de uma das monitoras. Cada qual exercia a função, durante dois anos consecutivos.

palestras expositivas, sempre com a preocupação quanto às informações repassadas, e como elas estão sendo repassadas aos nossos alunos. Colocamo-nos sempre a disposição de críticas construtivas e sugestivas que levem a uma maior qualificação da estrutura do projeto, dentro da área pedagógica.<sup>171</sup>

O coordenador acrescentou ainda: “o aluno e a aluna que participa do projeto, sai com uma bagagem de conhecimentos, um banco de informações necessárias, que lhe servirá por toda sua vida, melhorando sua trajetória acadêmica e profissional”.<sup>172</sup>

O otimismo demonstrado por esse coordenador, em relação à aprendizagem dos e das estudantes, foi a partir do resultado de desempenho e êxito dos candidatos e das candidatas participantes do preparatório nos processos seletivos, tanto do ENEM/vestibular, quanto em provas de concursos públicos.

O estudante que ingressou ao curso de Engenharia de Telecomunicações do IFCE revelou em seu depoimento que havia muitas fragilidades no ensino que era ofertado nas escolas da rede pública, principalmente do nível médio. Reconheceu que o PEPI foi de fundamental importância para o êxito de sua aprovação no vestibular/ENEM, bem como para o seu desenvolvimento profissional. O estudante afirmou que:

É fato: quem veio de uma escola que não dá preparo suficiente para a aprovação no vestibular, precisa se esforçar mais que os outros, portanto, após o ensino médio tive que estudar mais. Com isso, participei de um projeto para o Enem, esse próximo de casa, inclusive, chamado por um professor que me motivava, mas desde já conciliando com o trabalho o que tornou mais exaustivo. A vivência do projeto pré-vestibular EMAUS foi fundamental, pois diferente do ensino médio o cursinho é exclusivamente para o ENEM. Além disso, notei a diferença do compartilhamento de experiências dos professores e das professoras me oferecendo uma maior confiança. Dessa forma, isso me fascinou, inclusive a desenvoltura e a quantidade de conhecimento que esses monitores e essas monitoras, tão jovens, tinham a oferecer, além de aulas estimulantes e descontraídas. Assim é notória a importância que o projeto EMAUS teve em minha vida, pois com ele pude ingressar em uma instituição federal e hoje ter maior expectativa profissional.<sup>173</sup>

Vale salientar que esse estudante integra a equipe de monitores e monitoras do PEPI; no seu retorno ao projeto demonstrou gratidão e reconhecimento pelos conhecimentos adquiridos. Ele sentiu-se motivado em retribuir os saberes aprendidos durante sua participação nas aulas do preparatório e decidiu mostrar que é possível um e uma estudante de escola pública concorrer em igualdade às vagas ofertadas pelas faculdades e universidades públicas.

---

<sup>171</sup> RELATÓRIO anual de atividades e resultados obtidos no ano de 2014. Pré-ENEM IFCE/Emaús/Casa do Saber.

<sup>172</sup> RELATÓRIO anual de atividades e resultados, 2014.

<sup>173</sup> Depoimento de um ex-participante do Pré-ENEM, contido no Relatório anual de atividades e resultados, 2014.



A presença desse estudante em sala de aula é muito importante, porque serve de exemplo e incentivo para as pessoas que participam do preparatório, fazendo com que ganhem motivação e passem a acreditar que também serão capazes de conseguir o tão desejado ingresso ao ensino superior.

O sonho de ingressar em uma universidade já se tornou realidade; já é possível que jovens como eles e elas, residentes em uma comunidade como a do Pirambu, também sejam capazes de se sobressair em processos seletivos bastante concorridos e que exijam um altíssimo nível de conhecimento, competências e habilidades múltiplas.

Segundo o depoimento da estudante de Licenciatura em Matemática do IFCE, a experiência vivida durante as aulas do preparatório foi muito proveitosa, porque com os conhecimentos apreendidos conseguiu passar no ENEM, e agora está tendo a oportunidade de retornar ao PEPI como monitora, a fim de compartilhar os saberes que estão sendo adquiridos nesse novo nível de ensino.

A monitora demonstrou confiança em seu depoimento, acreditando ser capaz de servir de exemplo e incentivo aos que sonham também com o ingresso em uma faculdade e/ou universidade:

Sou ex-aluna do Pré-Vest Pirambu. Minha experiência como aluna foi boa, pois aprendi muito tive bons professores e boas professoras e aproveitei bastante isso. Participei do ENEM e estou cursando Matemática, no IFCE. Agora estou tendo oportunidade de estar do outro lado, transmitindo alguns conhecimentos que adquiri na faculdade e mostrando que eles e elas também podem fazer parte dos que atingiram seu objetivo de entrar numa faculdade.<sup>174</sup>

O retorno dessas pessoas ao PEPI, como monitores e monitoras, fortalece o projeto e faz com que outras pessoas sejam motivadas e passem a acreditar que também são capazes de conseguir seus objetivos e quem sabe, em um futuro próximo, retornar ao PEPI para contribuir com o aprendizado de outras pessoas.

Vale enfatizar que das dez pessoas que integram a equipe de monitores e monitoras, quatro participaram do PEPI. Cada qual expressa sentimento de gratidão e reconhece que participar das aulas ofertadas pelo PEPI faz a diferença; tanto na vida pessoal e profissional quanto na vida acadêmica.<sup>175</sup>

Assim, trabalhar a inclusão é dispor uma parcela de tempo para ajudar as pessoas a se libertarem do desconhecido; é contribuir para que todos e todas adquiram conhecimentos e

---

<sup>174</sup> Ex-participante do Pré-ENEM da turma de 2011.

<sup>175</sup> RELATÓRIO das metas de 2014.

possam agir de forma diferente, dando significado a sua posição de ver e estar no mundo. É acreditar na possibilidade de transformação. Nessa perspectiva, os e as estudantes dos cursos superiores de IFCE disponibilizam parte do seu tempo acadêmico em prol dos conhecimentos de pessoas que, aparentemente, encontravam-se excluídas das faculdades e universidades.

Portanto, o PEPI vem contando com o envolvimento de todos e todas que fazem a Diretoria de Extensão e das pessoas que trabalham no Movimento Emaús, para que haja qualidade no ensino que é ofertado à comunidade “pirambuense”.

Em relação à qualidade do ensino, Lodi revela: “Entendemos que existe ensino de qualidade quando as ações educativas pautam-se na solidariedade, na colaboração, no compartilhamento do processo educativo com todos aqueles e todas aquelas que, direta ou indiretamente, estão envolvidos e envolvidas nele”.<sup>176</sup>

No próximo capítulo, encontram-se os resultados dos esforços e desempenho de toda a equipe gestora da Diretoria de Extensão, bem como dos coordenadores e coordenadoras e dos monitores e monitoras que ministraram as aulas do PEPI, no período de 2010 a 2014.

---

<sup>176</sup> LODI, 2003, p. 23.

## 4 ANÁLISE DO PROCESSO DE INCLUSÃO DAS PESSOAS ORIUNDAS DO PEPI

Neste capítulo são apresentados os resultados que foram alcançados no Pré-ENEM Pirambu (PEPI), no período de 2010 a 2014. Está exposta a quantidade de pessoas que ingressaram em Instituições de Ensino Superior (IES); o número de ingressos, ingressas, egressos e egressas aos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) com o histórico de repetência, reprovação e evasão; bem como o desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes do IFCE, ex-participantes do PEPI.

### 4.1 Quantidade de pessoas ingressantes nas Instituições de Ensino Superior

Nas últimas décadas, a procura pelos cursos de nível superior, no Brasil, tem sido bastante crescente. Há uma expressiva quantidade de pessoas egressas do ensino médio que ainda não conseguiu verticalizar os estudos, porque as vagas que são ofertadas nas faculdades e universidades são insuficientes para a demanda.

Dessa forma, há necessidade de que as pessoas sejam submetidas aos processos seletivos: vestibular, ENEM e similares que são considerados estressantes, mas que se configuram como via obrigatória para se ter acesso ao ensino superior.

Segundo o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em 2014, o número de pessoas inscritas para o ENEM atingiu o total de 8.721.946, “houve um aumento de 21,8% no número de inscritos em relação à edição de 2013, quando 7.834.017 se inscreveram. Em 2012, foram 6.495.446 inscritos e em 2011 haviam sido 6.221.697”.<sup>177</sup>

Em 2010, segundo Amanda Cieglinski, “mais de 4,6 milhões de estudantes se inscreveram para participar do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio)”.<sup>178</sup> Assim, a quantidade de pessoas inscritas para esse exame, ultrapassou os anos anteriores, desde a sua criação em 1998.

Com base nas pesquisas e no que vem sendo publicizado ultimamente, as pessoas não conseguem aprovação nos processos seletivos, por conta das divergências entre os

---

<sup>177</sup> *Inscritos para o ENEM 2014 somam mais de 9,5 milhões, anuncia governo.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/enem/2014/noticia/2014/05/inscritos-para-o-enem-2014-somam-mais-de-95-milhoes-anuncia-governo.html>>. Acesso em: 30 set. 2017.

<sup>178</sup> CIEGLINSKI, Amanda. *ENEM 2010 tem 4,6 milhões de inscritos; São Paulo é Estado com maior número de candidatos.* Brasília, 2010. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2010/08/09/enem-2010-tem-46-milhoes-de-candidatos-inscritos.htm>>. Acesso em: 30 set. 2017.

conteúdos abordados e o nível de exigência desses processos seletivos, pois a qualidade do ensino básico que é ofertado continua sendo o empecilho para o sucesso das aprovações.

Diante desse cenário, a qualidade do ensino médio brasileiro vem sendo causa de discussão entre os governos federal e estadual. Essa preocupação foi evidenciada durante a edição veiculada, no programa “Bom Dia Brasil”, em 08 de setembro de 2014, onde foi manifestado que: “O Brasil tem um grande desafio na área da educação: melhorar a qualidade do Ensino Médio. O governo admite que essa é a etapa que mais precisa melhorar”.<sup>179</sup>

Ainda, durante o programa foi discutido, também, a qualidade dos currículos que são trabalhados nas escolas. Estes foram considerados ineficientes e ineficazes, caracterizando-se como algo sem sentido e desprovido de resultados. Conforme foi anunciado: “Um dos problemas é o currículo que alunos e alunas são levados a estudar. É muito conteúdo para memorizar com pouco efeito prático. Os e as especialistas dizem que a escola fica distante da realidade dos alunos e das alunas, o que torna o estudo pouco interessante, sem atrativos.”<sup>180</sup>

Com base em tudo que foi discutido durante o referido programa e os resultados apresentados no ENEM, nos últimos anos, pode-se perceber que os conhecimentos e habilidades reflexivas exigidos dos candidatos e das candidatas na hora do processo seletivo, muitas vezes, não condizem com as temáticas que são trabalhadas na sala de aula, durante o ano letivo.

Em relação aos conteúdos trabalhados durante as aulas, vale lembrar o pensamento defendido por Freire: “Não pode haver conhecimento, pois os educandos e as educandas não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador ou pela educadora. Não realizam nenhum ato cognoscitivo [...] não mediatizador da reflexão crítica de ambos”.<sup>181</sup>

Na perspectiva de melhorar a qualidade do ensino médio, o PEPI vem procurando sempre inovar sua forma de construir conhecimentos, utilizando-se da prática do diálogo; favorecendo a troca de saberes entre as pessoas envolvidas. O PEPI por ser um projeto de cunho social tem contribuído, sobremaneira, com o processo inclusivo de muitas pessoas consideradas vulneráveis, que almejavam ingressar nas faculdades e universidades cearenses,

---

<sup>179</sup> Índice que avalia qualidade do Ensino Médio piora em 13 estados. *Bom Dia Brasil*. Edição do dia 08 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/indice-que-avalia-qualidade-do-ensino-medio-piora-em-13-estados.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

<sup>180</sup> Índice que avalia qualidade do Ensino Médio piora em 13 estados. *Bom Dia Brasil*. Edição do dia 08 set. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2014/09/indice-que-avalia-qualidade-do-ensino-medio-piora-em-13-estados.html>>. Acesso em: 14 set. 2017.

<sup>181</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. p. 79.

mas não conseguiam, porque lhes faltavam conhecimentos sistematizados e incentivos para conquistá-los.

Assim, nos cinco anos que serviram de base para esta pesquisa, foi detectado que houve uma expressiva quantidade de pessoas oriundas do PEPI, que ingressaram em instituições de ensino superior. Esse resultado teria tido mais significado, se todas essas pessoas tivessem conseguido ingressar em instituições públicas, mas infelizmente, o número de aprovações em instituições privadas superou, em muito, o número de aprovações em instituições públicas. Nestas, a quantidade de ingressantes foi inferior; foram apenas, 3,2 % das pessoas aprovadas para esse nível de ensino.

Desse modo, do universo de pessoas que participou do PEPI, durante esses cinco anos, somente dez estudantes conseguiram aprovação no ENEM e/ou vestibular e ingressaram em duas instituições públicas de ensino superior, quais sejam, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e na Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Com base nos relatórios<sup>182</sup> pesquisados, constatou-se que, no período de 2010 a 2014, o PEPI atendeu 334 pessoas oriundas de escolas públicas das redes municipais e estaduais, residentes no bairro Pirambu e adjacências que já tinham concluído ou estavam cursando a última série do ensino médio. Conforme está exposto no quadro de distribuição abaixo:

Quadro nº 1- Quantidade de pessoas atendidas no PEPI, no período de 2010 a 2014.

Ano	Quantidade
2010* <sup>183</sup>	98
2011	45
2012	50
2013	58
2014*	83
<b>Total de pessoas atendidas no PEPI</b>	<b>334</b>

Constatou-se também, que essas pessoas buscaram o PEPI, na perspectiva de revisar e aprofundar os conteúdos estudados durante o ensino médio, ou ainda, experimentar a

<sup>182</sup> RELATÓRIOS são documentos emitidos, anualmente com o propósito de apresentar todas as atividades desenvolvidas, e as metas alcançadas no final de cada ano. Os relatórios funcionam como ferramenta de prestação de contas para monitoramento e avaliação das ações. Para esta pesquisa foram consultados relatórios de diversos anos, mas prioridade maior foi dada aos relatórios dos anos de 2010 a 2014.

<sup>183</sup> \*Devido à grande procura nos anos de 2010 e 2014 foram ofertadas duas turmas. Dado apresentado nos relatórios de metas alcançadas em 2010 e 2014.

oportunidade de vivenciar o primeiro contato com alguns componentes curriculares que não haviam sido trabalhados nesse nível de ensino, como atualidade e raciocínio lógico.

A preferência pelo PEPI se deu também, em virtude de os e as estudantes acreditarem nas possibilidades de serem aprovados e aprovadas, e poderem concretizar os sonhos de ingressar em uma instituição de ensino superior, independentemente de serem públicas ou privadas.

Para esse público, o preparatório foi visto como uma grande oportunidade de ascensão acadêmica e profissional; uma vez que essas pessoas foram incentivadas, durante todo o percurso das aulas com revisão de conteúdo, aulas com temas direcionados ao ENEM ou similares, aplicação de simulados, a fim de verificar se havia, de fato, aprendizagens significativas e/ou para melhorar/reformular as metodologias aplicadas ao ensino que vinha sendo ofertado.

Outro ponto importante detectado, em relação à grande preferência do público pelo PEPI, foi a sua gratuidade, bem como a facilidade em frequentá-lo por ser no período noturno e acontecer no bairro em que os e as estudantes residiam.

As escolas que oferecem educação básica devem ser transformadas em espaços voltados à formação integral das pessoas. Segundo Lodi, é necessário que todos os segmentos que trabalhem na escola sejam construtores de conhecimento, sirvam de exemplo uns para com os outros, pois o conhecimento é construído com base em princípios norteadores de valores. Para isso, a autora descreve com precisão como devem ser os espaços que favorecem a formação integral do ser humano:

[...] as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, nos quais as crianças aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, os alunos são ensinados e as alunas são ensinadas a valorizar a diferença, pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar [...].<sup>184</sup>

Assim, as relações entre pares, o respeito, o cuidado e o exemplo, principalmente dos que fazem a escola, são fundamentais para o processo de construção do ensino e aprendizagem. Mediante esta pesquisa documental<sup>185</sup>, constatou-se que o PEPI vem promovendo e criando estratégias para que haja mais aprendizagens. Como já citado, os conteúdos ministrados nas aulas são coerentes aos que são exigidos nos processos seletivos

<sup>184</sup> LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003. p. 23.

<sup>185</sup> Relatórios de metas, Depoimentos, Histórico Escolar, Boletins.

aplicados, pois parte do material de estudo é oriundo de provas anteriores e de assuntos da atualidade.

Infelizmente, os processos seletivos das faculdades e universidades ainda são considerados ineficientes no âmbito dessas instituições de ensino, porque tal procedimento acaba sendo utilizado como ferramenta de exclusão, em virtude de a demanda ser maior do que o número de vagas ofertadas, fazendo com que muitas pessoas permaneçam distantes desse nível de ensino.

A prática seletiva utilizada apresenta características excludentes, em conformidade com o posicionamento de Fábio Adiron ao dizer que a “educação não tem nada de inclusiva”.<sup>186</sup> Para o autor, só haverá inclusão quando todas as pessoas tiverem as mesmas oportunidades de aprendizagem; quando todos e todas estiverem inseridos e inseridas na esfera educacional, caso contrário, não se configura como tal.

A instituição de ensino para ser efetivamente inclusiva, necessita de um projeto político pedagógico consistente e bem definido. Mas para que isso aconteça, de acordo com Griboski, “[...] é preciso ter claro o conceito de inclusão que fundamenta o projeto político pedagógico de cada sistema educacional. Um projeto que não discrimina, que não segrega [...]”.<sup>187</sup> Pois quando há discriminação, automaticamente há exclusão.

Martins considera a exclusão como uma falta de perspectiva, uma carência de conhecimento e de cuidado com as pessoas que vivem à margem da sociedade. Sobre esse assunto, o autor exprime que:

[...] - a palavra exclusão indica uma dificuldade, mais que uma certeza – revela uma incerteza no conhecimento que se pode ter a respeito daquilo que constitui o objeto da nossa preocupação – a preocupação com os pobres, os marginalizados, os excluídos, os que estão procurando identidade e um lugar aceitável na sociedade.<sup>188</sup>

Dessa forma, o PEPI vem buscando contribuir como ferramenta de inserção dos e das estudantes da rede pública, a fim de que todos e todas possam ter os mesmos direitos de frequentar as faculdades e universidades; para adquirirem conhecimentos compatíveis com um grau mais alto de ensino, na perspectiva de terem uma formação, e de poderem também, contribuir com produções científicas.

---

<sup>186</sup> ADIRON, Fábio. *Receita de inclusão?* Publicado em 21 out. 2016. p. 2-3. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/>>. Acesso em 07 fev. 2017.

<sup>187</sup> GRIBOSKI, Cláudia Maffini. CIBEC/MEC *Inclusão*: Revista da Educação Especial. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005. p. 57.

<sup>188</sup> MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997. p. 28.

Vale ressaltar, que essa preocupação é manifestada por Lodi ao reportar-se: “Precisamos superar os males da contemporaneidade pela ultrapassagem de barreiras físicas, psicológicas, espaciais, temporais, culturais e, acima de tudo, garantir o acesso irrestrito de todos aos bens e às riquezas de toda sorte, entre eles, o conhecimento”.<sup>189</sup>

Assim, para que mais pessoas sejam contempladas e obtenham êxito na vida acadêmica, durante as aulas do PEPI, são discutidos e refletidos os mais diversos assuntos, principalmente temas relacionados à atualidade. Essa estratégia é utilizada com o intuito de motivar e instigar os e as participantes a adquirirem mais conhecimentos, serem capazes de interpretar com mais facilidade e segurança as questões apresentadas nas provas do ENEM, vestibulares ou similares, obtendo bons resultados nesses processos seletivos.

Na busca por melhores conquistas, ao final de cada bimestre, as pessoas que participam do PEPI são submetidas a simulados, a fim de exercitarem, fixarem e melhorarem a capacidade de análise e o nível de aprendizagem, bem como averiguar se houve aproveitamento dos conteúdos que foram explorados no decorrer das aulas.

A realização dos simulados faz com que os e as estudantes se familiarizem com os processos seletivos, possibilitando que as pessoas treinem o emprego do tempo preestabelecido para a realização das provas, e ainda, desenvolvam formas de se manterem controladas emocionalmente; combatendo o maior inimigo que causa o insucesso na hora dos exames, o “nervosismo”.

Assim, com base nos relatórios emitidos pelos coordenadores e pelas coordenadoras, do período de 2010 a 2014, foram contabilizados 46 estudantes, que por meio do PEPI, obtiveram êxito na vida acadêmica e profissional. Desse universo, 32 estudantes conseguiram aprovação para ingressar no ensino superior; 12 ingressaram no ensino técnico e dois foram aprovados em concurso público.

Para melhor visualizar e acompanhar os resultados, foram apresentados os quadros abaixo, contendo as instituições com as respectivas quantidades de pessoas que foram aprovadas para os níveis de ensino: superior e técnico, bem como a quantidade de pessoas aprovadas em concurso público.

---

<sup>189</sup> LODI, 2003, p. 22.



Quadro nº 2- Quantidade de pessoas oriundas do PEPI, que ingressaram ao ensino superior, no período de 2010 a 2014

<b>Instituições de Ensino Superior</b>	<b>Quantidade</b>
Faculdade Integrada do Ceará (FIC)	12
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)	06
Faculdade Nordeste (FANOR)	05
Universidade Estadual do Ceará (UECE)	04
Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza (FAMETRO)	02
Faculdade Maurício de Nassau	02
Faculdade de Tecnologia do Nordeste (FATENE)	01
<b>Total de pessoas ingressantes ao ensino superior</b>	<b>32</b>

Quadro nº 3- Quantidade de pessoas oriundas do PEPI, que ingressaram no ensino técnico

<b>Instituições de Ensino Técnico</b>	<b>Quantidade</b>
IFCE	11
Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)	01
<b>Total de pessoas que ingressaram no ensino técnico</b>	<b>12</b>

Quadro nº 4- Quantidade de pessoas oriundas do PEPI, aprovadas em concurso público

<b>Concurso Público</b>	<b>Quantidade</b>
Guarda Municipal (Prefeitura de Fortaleza)	02
<b>Total de pessoas concursadas</b>	<b>02</b>

Conforme consta ainda nos relatórios, a quantidade de pessoas do PEPI que foram aprovadas em instituições públicas, ainda é pouco satisfatória. No período desses cinco anos, apenas dez estudantes conseguiram ingressar em uma instituição pública de ensino superior. No quadro abaixo está expressa a quantidade de pessoas que foram aprovadas para o acesso a esse nível de ensino com as respectivas instituições públicas.

Quadro nº 5- Quantidade de pessoas oriundas do PEPI, que ingressaram em instituições públicas de ensino superior.

<b>Instituições Públicas de Ensino Superior</b>	<b>Quantidade</b>
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará	06
Universidade Estadual do Ceará	04
<b>Total de pessoas aprovadas em IES públicas</b>	<b>10</b>

Mediante as pesquisas realizadas nos documentos disponíveis no Sistema Acadêmico do IFCE *Campus* Fortaleza; constatou-se que, nos anos de 2010 a 2014, apenas 17 pessoas das que participaram do PEPI conseguiram aprovação no ENEM e nos exames seletivos para ingressar no IFCE. Dessas pessoas aprovadas, somente seis ingressaram no ensino superior. O

restante, ou seja, 11 pessoas optaram pelos cursos técnicos, na modalidade de ensino subsequente.<sup>190</sup>

Os cursos subsequentes têm duração de quatro semestres, ou seja, dois anos. Para ingressar nesses cursos, as pessoas são submetidas ao Exame de Seleção que é uma prova escrita de conhecimentos gerais e redação. Conforme determina o Art. 48 do Regulamento da Organização Didática (ROD) do IFCE: “A admissão aos cursos técnicos de nível médio e de graduação, ministrados no IFCE, deve ser feita regularmente mediante processos seletivos, precedidos de edital público, que têm como objetivo avaliar e classificar os candidatos e as candidatas até o limite de vagas fixado para cada curso”.<sup>191</sup>

Para essa modalidade de ensino, são ofertados sete cursos de formação profissional técnica de nível médio, são eles: Edificações, Eletrotécnica, Guia de Turismo, Instrumento Musical, Manutenção Automotiva, Mecânica Industrial e Segurança do Trabalho. Todos esses cursos possuem sua especificidade, com o intuito de formar profissionais em cada área de estudo.

Dos sete cursos subsequentes, seis funcionam no período noturno; visando atender às pessoas que já se encontram inseridas no mundo do trabalho, mas que necessitam adquirir uma formação profissional, ou até mesmo àquelas que, já possuindo uma formação técnica, desejam aprimorar sua qualificação e atualizar os seus conhecimentos em áreas específicas.

Nesse sentido, vale lembrar a abordagem de Rodrigues sobre a importância da qualificação dos trabalhadores e das trabalhadoras, diante de uma sociedade tão competitiva e de economia em processo de expansão:

Trabalhadores melhor preparados e qualificados, e trabalhadoras preparadas e qualificadas encontram um mercado de trabalho especializado, principalmente numa sociedade em que a economia está em expansão acelerada. Isto lhes possibilita galgar as escadas dos salários nas empresas produtivas, gerando um significativo aumento de renda para a população trabalhadora.<sup>192</sup>

O IFCE, conhecendo essa realidade, oferta cursos profissionalizantes, tanto em nível superior quanto em nível médio; capacitando e desenvolvendo aptidões necessárias à inserção

---

<sup>190</sup> Subsequentes são cursos de formação profissional técnica. Poderão inscrever-se para esta modalidade de ensino, estudantes que, no ato da matrícula, apresentem comprovante de conclusão do Ensino Médio. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

<sup>191</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará Regulamento da Organização Didática – ROD/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Fortaleza, 2015. p. 16. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/rod-2015.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

<sup>192</sup> RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11.

do seu corpo discente ao mundo do trabalho. Dessa forma, previne e evita que estes e estas tenham que enfrentar a exclusão.

#### **4.2 Quantidade de pessoas ingressas versus egressas e o histórico de evasão e reprovação**

O índice de procura pelos cursos de nível superior tem sido acirrado nos últimos anos, porém há uma expressiva quantidade de pessoas egressas do ensino médio que ainda não conseguiu ascender à vida acadêmica. O fator apontado como causa principal de impedimento dessa ascensão é a falta de qualidade do ensino que é ofertado. O que vem gerando desigualdades indescritíveis nos processos seletivos e inviabilizando o ingresso das pessoas nas faculdades e universidades.

A estatística de aprovação para o acesso ao ensino superior apresentou-se muito aquém da esperada, principalmente entre as pessoas que participaram do PEPI. No período de 2010 a 2014, o percentual foi baixíssimo em relação aos anos anteriores que chegaram a registrar até 70%<sup>193</sup> de participantes aprovados no ENEM e vestibulares.

Assim, pela quantidade de pessoas que foram atendidas pelo PEPI, ou seja, no universo de 334 participantes; ficou evidente que ainda existem muitas pessoas fora das instituições de ensino superior. O nível de exigência dos processos seletivos supera a gama de conhecimentos e habilidades reflexivas que são trabalhados durante as aulas ministradas pelos monitores e monitoras.

O PEPI tem focado bastante nesses resultados, buscando constantemente, mecanismos que possam facilitar a inserção dos e das estudantes da rede pública, nas faculdades e universidades. Dessa forma, vem procurando inovar sua metodologia de ensino, revendo e atualizando os conteúdos ministrados para que sejam coerentes aos processos seletivos.

Conforme constam nos relatórios de avaliação dos resultados, durante as aulas são discutidos assuntos da atualidade a fim de motivar e instigar os e as participantes a refletirem e interpretarem as possíveis questões da prova; para que haja mais probabilidade de acertos. Os e as estudantes, ao fim de cada etapa trabalhada, são submetidos e submetidas a simulados para verificação de aprendizagens.

---

<sup>193</sup> Dado apresentado no relatório final das metas alcançadas pelo PEPI em 2008.

As pessoas que participaram do PEPI, até mesmo as que não conseguiram ainda, aprovação nos processos seletivos, ganharam experiência e êxito nas atividades acadêmicas, pois, segundo um dos participantes, “o preparatório dá oportunidade de as pessoas revisarem os conteúdos do ensino médio, e muitas vezes, proporciona o primeiro contato com o conteúdo de alguns componentes curriculares que não foram contemplados nesse nível de ensino”.<sup>194</sup>

Com base no Histórico Escolar (HE) dos e das estudantes, sujeitos desta pesquisa, foi constatado que a quantidade de pessoas egressas é bem inferior à quantidade de pessoas ingressas. Assim, das seis pessoas que ingressaram no Ensino Superior do IFCE, no período de 2010 a 2014, apenas uma já concluiu o curso, encontrando-se, portanto, na condição de egressa. Outra está prestes a concluir, faltando apenas dois componentes curriculares: Psicologia da Aprendizagem e Eletricidade e Magnetismo, com carga horária de 60 e 80 horas, respectivamente. As outras quatro pessoas ainda vão demorar a concluir seus cursos; pois está faltando cumprir a maioria dos componentes curriculares.

Vale ressaltar que cada curso possui carga horária específica. Por isso, alguns e algumas discentes concluem seus cursos mais rápido. O tempo de duração dos cursos superiores ofertados é diferente dos demais níveis de ensino. Assim, os cursos Tecnológicos possuem duração de no mínimo, três anos. As Licenciaturas em Matemática, Artes Visuais, Teatro e Física são quatro anos de duração, exceto Física, cuja duração é de três anos e meio.

Para os cursos na modalidade Bacharelado (Engenharia de Computação, Civil, Mecatrônica e Telecomunicações) o tempo é mais prolongado, sendo cinco anos de duração; com exceção do Bacharelado em Turismo que são apenas oito semestres, ou seja, quatro anos.

Conforme os documentos consultados<sup>195</sup>, que se encontram disponibilizados no Sistema Acadêmico do IFCE *Campus* Fortaleza; constatou-se um dado curioso: das seis pessoas que ingressaram no Ensino Superior, cinco são do sexo masculino e apenas uma é do sexo feminino.

Percebeu-se que, no período pesquisado, a quantidade de pessoas do sexo feminino que ingressou ao ensino superior do IFCE foi mínima em relação à quantidade de pessoas do sexo masculino. Se fosse tomado como base de cálculo, apenas esse resultado, concluir-se-ia que as mulheres ainda continuam sendo vítimas de discriminação e exclusão.

---

<sup>194</sup> Relatório de metas alcançadas em 2011.

<sup>195</sup> Boletim e Histórico Escolar.

Contudo, diante do total de 32 pessoas aprovadas para ingressarem ao ensino superior, 17 pessoas eram do sexo feminino; esse resultado mostrou que não é conclusiva a afirmativa de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. O caso citado sobre a quantidade de discentes que ingressou no IFCE, onde existia somente uma pessoa do sexo feminino, foi caracterizado como uma eventualidade.

Os documentos mostraram também que dessas seis pessoas, uma já está formada e as outras cinco ainda estão com os cursos em andamento. Pelos registros de notas, todas têm demonstrado um excelente desempenho acadêmico.

Como já foi citado anteriormente, das cinco pessoas que ingressaram nos cursos do IFCE por meio do SISU, quatro delas ainda estão no início do curso, pois participaram do PEPI em 2013, ingressando no IFCE, em 2014; estão na faixa etária, variando entre 24 e 30 anos. Todas essas pessoas são naturais de Fortaleza no Ceará.

Os seus históricos contém notas muito boas. Não há registro de reprovação de nenhuma dessas pessoas. O índice de frequência desses e dessas estudantes é igual ou superior a 80% e o coeficiente de rendimento<sup>196</sup> de cada uma dessas pessoas varia entre 6,34 a 7,12.

Ainda, das cinco pessoas que continuam seus cursos, quatro pessoas são do sexo masculino e uma do sexo feminino; três fazem Licenciatura em Matemática, uma faz Engenharia de Telecomunicações e a outra cursa Licenciatura em Física.

A pessoa que já concluiu o curso é natural de Fortaleza no Ceará. Foi estudante do PEPI, em 2010 e ingressou no curso de Licenciatura em Teatro do IFCE, por meio de Vestibular, no segundo semestre de 2011, aos 24 anos.

Essa pessoa demonstrou um brilhante resultado no processo seletivo. Obteve nota dez em Língua Portuguesa e Literatura, nota oito no Teste de Habilidade Específica e nota sete em Redação. Nas outras áreas do conhecimento, a pessoa conseguiu notas bem significativas; obtendo 7.18333, no resultado final do Vestibular.

O histórico escolar mostra que essa pessoa teve 100% de frequência em quase todos os componentes curriculares. A maioria de suas notas está acima de nove. E que durante o período do curso, essa pessoa teve apenas uma reprovação, embora tenha tido 100% de presença no componente curricular.

---

<sup>196</sup> O COEFICIENTE de Rendimento é o índice que mede o desempenho acadêmico do estudante em cada período letivo. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/rod-2015.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

O histórico escolar mostrou ainda, que a pessoa cumpriu toda a Carga Horária (CH) prevista para a integralização do curso que foi de 2860 horas, mais 80 horas de Carga Horária Optativa (CHO) e 200 horas de Carga Horária Complementar (CHC), perfazendo um total de 3360 horas cursadas, obtendo um coeficiente de rendimento de 8,98.

Vale salientar que, o curso de Licenciatura em Teatro possui 39 componentes curriculares e três fases de estágio supervisionado (ES). O estágio I com 120 horas e os estágios II e III, cada qual com 140 horas; totalizando 400 horas de estágio supervisionado obrigatório. A pessoa compareceu 100% aos estágios supervisionados I e III, obtendo nota máxima em ambos. Já no estágio supervisionado II, sua frequência foi de apenas 94% e a nota obtida foi 8,7.

É importante informar também que, no último semestre, além de cursar dois componentes curriculares, a pessoa fez o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), obtendo nota máxima, e foi aprovada com louvor. Existe uma observação no histórico escolar de que a pessoa não participou do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE), “em razão da natureza do curso”.<sup>197</sup>

Com base nas notas obtidas e no baixíssimo índice de reprovação que foi de apenas 2,56% pode-se dizer que essa pessoa teve um ótimo desempenho acadêmico, e que sua permanência no IFCE se configurou como um processo de integração e inclusão social. Os saberes apreendidos favoreceram para sua permanência com êxito no ensino superior do IFCE, bem como para a conclusão do seu curso em tempo hábil.

Com o intuito de elucidar a diferença entre integração e inclusão social, recorreu-se a análise de Ribeiro: “há que se diferenciar a integração da inclusão. Na primeira, tudo depende do educando e ele é quem tem que se adaptar buscando alternativas à sua integração. Na segunda, é sobre o grupo social do educando que recai com mais intensidade [...]”.<sup>198</sup>

Das três pessoas que estão matriculadas na Licenciatura em Matemática, uma conforme seu histórico escolar, também está prestes a concluir o curso. Da carga horária obrigatória que é de 3000 horas, a pessoa já cumpriu 2820 horas, mais 60 horas de carga horária optativa, perfazendo o total de 2880 horas. O coeficiente de rendimento dessa pessoa é de 7,49. Conforme consta no relatório<sup>199</sup>, essa pessoa participou do PEPI em 2011 e ingressou

---

<sup>197</sup> Histórico Escolar (Portaria nº 40§3º). Disponível na Coordenadoria de Controle Acadêmico do IFCE Campus Fortaleza.

<sup>198</sup> RIBEIRO, 2012, p. 13.

<sup>199</sup> Relatório de metas alcançadas em 2011.

no ensino superior do IFCE, por meio do SISU<sup>200</sup>, no segundo semestre de 2012, aos 22 anos. É natural de Fortaleza no Ceará.

No histórico escolar dessa pessoa apareceram três reprovações. Em 2013.2 a pessoa reprovou em Cálculo II, mesmo comparecendo em 100% das aulas. Sua nota ficou abaixo da média; reprovando também, em Mecânica Newtoniana. No semestre seguinte, repetiu os mesmos componentes curriculares e tornou a reprovar Mecânica Newtoniana. Interessante é que o número de presença da pessoa estava bem acima do que exigia o ROD; mas infelizmente a pessoa não atingiu a média e foi reprovada novamente. Até que após cursar esse componente, por três vezes, conseguiu aprovação, obtendo média de 7,8.

Os demais componentes curriculares apresentaram notas bastante satisfatórias, o que demonstrou que a pessoa teve um ótimo desempenho acadêmico. O índice de frequência também foi altíssimo; atingindo quase 100% de presença em todos os componentes curriculares, demonstrando que houve assiduidade, pontualidade e compromisso.

Em relação ao estágio, a pessoa já cumpriu as três fases obrigatórias. O estágio I com 100 horas; estágios II com 160 horas e estágio III, com 140 horas; totalizando 400 horas de estágio supervisionado obrigatório. O histórico mostrou ainda que, a pessoa teve frequência de 92% no estágio supervisionado I e 85% no estágio II; obtendo nota 10,0 e 9,0, respectivamente. Já no estágio supervisionado III, sua frequência foi 100% e a nota obtida foi 10,0.

Além do estágio supervisionado, os e as estudantes do ensino superior, do IFCE, cursam o componente curricular obrigatório denominado Projetos Sociais. Esse componente está presente em todos os cursos superiores, com carga horária de 40 horas/aula. O componente é destinado à execução de atividades voltadas a situações vividas na perspectiva de compreender, na prática, a realidade social; com objetivo de desenvolver nos e nas estudantes, o espírito de cooperação e solidariedade.

O componente curricular, Projetos Sociais, foi inspirado em uma ação pedagógica, denominada “Projeto Escola Fora da Escola”, desenvolvida pelo IFCE em parceria com a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SEDUC/CE), em que o seu corpo discente desenvolvia atividades de monitoria junto às escolas da rede pública estadual.

---

<sup>200</sup> O SISU é o sistema informatizado do Ministério da Educação por meio do qual, instituições públicas de ensino superior oferecem vagas a candidatos participantes do ENEM. Disponível em: <<http://sisu.mec.gov.br/>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

As atividades de monitoria, além de terem sido ações planejadas exclusivamente para o reforço escolar, os monitores e monitoras realizavam também oficinas nas áreas de esporte, arte e educação para cidadania, com um atendimento mensal de cinco mil estudantes, dos níveis de ensino fundamental e médio, de 90 escolas públicas.

O projeto Escola Fora da Escola foi desenvolvido no período de maio de 1999 a março de 2006, beneficiando mensalmente cerca de 270 estudantes do IFCE, com o recebimento mensal de pecúnia caracterizada como auxílio formação. Esse projeto, segundo o depoimento<sup>201</sup> de uma das pessoas que exerceu monitoria, no ano de 2004, foi um projeto bastante motivador. Sua participação foi motivo de alegria, experiência e responsabilidade; além de ter contribuído para o desenvolvimento de sua consciência crítica.

Ainda sobre o projeto Escola Fora da Escola, uma das pessoas que integrava a equipe de coordenação, em 2005, manifestou opinião sobre o projeto. Para essa pessoa, tratava-se de: “um trabalho bastante gratificante por se constituir em ações de cunho social e formativo. Todas as atividades são desenvolvidas de forma interdisciplinar, gerando uma evolução substancial na aprendizagem”.<sup>202</sup>

Assim, esse projeto teve grande impacto social, porque ajudou a reduzir o déficit de aprendizagem dos e das estudantes que apresentavam rendimento escolar insatisfatório. Segundo o depoimento de uma pessoa que fazia parte do grupo gestor de uma das escolas beneficiadas, o projeto “colaborou na superação das dificuldades de aprendizagem diagnosticadas, e ainda contribuiu para a formação acadêmica e profissional dos e das estudantes do IFCE, que exerciam atividades de monitoria”.<sup>203</sup>

Com base nas consultas documentais, verificou-se que não houve nenhum registro de reprovação entre os e as estudantes do ensino superior, ex-participantes do PEPI. O índice de reprovação no ensino superior foi bastante insignificante; só houve registro de reprovação em três componentes curriculares; um do estudante A e dois da estudante B; que em nada prejudicou que esses e essas estudantes avançassem nos cursos.

Em relação à repetência, evasão e trancamento, houve apenas alguns registros nos cursos de nível técnico. Para esse nível de ensino foram detectados nos documentos consultados, os seguintes eventos: uma repetência, três evasões e três trancamentos de matrícula.

---

<sup>201</sup> Relatório mensal do Projeto Escola Fora da Escola, 2004.

<sup>202</sup> Relatório anual do Projeto Escola Fora da Escola, metas alcançadas em 2005.

<sup>203</sup> Relatório anual do Projeto Escola Fora da Escola, metas alcançadas em 2003.



Somente a título de informação, das 11 pessoas que ingressaram ao IFCE, no curso técnico na modalidade de ensino subsequente, quatro já concluíram seus cursos e com êxito; duas do curso Técnico de Segurança do Trabalho, uma do curso Técnico de Edificações e outra do curso Técnico em Guia de Turismo.

As outras sete pessoas se encontram em situações críticas. Uma delas está matriculada no curso Técnico de Eletrotécnica, desde 2012, apresentando reprovações em seis componentes curriculares: três componentes com nota inferior à média e três componentes reprovados por falta. Já as cinco pessoas que ingressaram em 2013, três estão com os cursos trancados e as outras duas juntamente com outra que ingressou em 2014 evadiram-se, abandonando os seus cursos. Das três pessoas, duas eram do curso Técnico em Edificações e uma do curso de Instrumento Musical.

Das três pessoas que abandonaram seus cursos, duas reprovaram por falta ainda no primeiro semestre e evadiram-se. A outra ainda cumpriu 240 horas das 1600 horas exigidas para a integralização e obtenção do diploma de técnico, mas também se evadiu no semestre seguinte.

Após consultas apuradas aos relatórios expedidos pelos coordenadores do PEPI, foi detectado que uma das pessoas do curso Técnico em Edificações, que havia reprovado por falta, não frequentou as aulas naquele período, porque passou no vestibular de outra universidade pública e não conseguiu conciliar o horário das aulas da graduação com o horário das aulas do curso técnico do IFCE.

É importante salientar que os cursos técnicos na modalidade subsequente têm duração de dois anos, em virtude de conter apenas componentes curriculares concernentes à formação técnica, haja vista serem “[...] cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o ensino médio”.<sup>204</sup>

O curso técnico está voltado para a qualificação e o atendimento da clientela que necessita ingressar ou já está inserida no mundo do trabalho, mas não dispõe de uma formação adequada.

### **4.3 Transformações ocorridas na vida acadêmica e profissional da clientela oriunda do PEPI, após ingressarem no ensino superior do IFCE**

---

<sup>204</sup> Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/menu/cursos/tecnicos>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

O PEPI, além de ser um curso preparatório destinado a revisar e reforçar os conteúdos que foram trabalhados no ensino médio, também tem funcionado como laboratório de prática para os e as estudantes das licenciaturas e áreas afins do IFCE. Os e as estudantes revelaram que participar da monitoria tem sido muito importante para sua formação acadêmica e profissional. Segundo alguns depoimentos, o PEPI é considerado uma “via de mão dupla; aprendem mais do que ensinam”.<sup>205</sup>

Para facilitar e resguardar o sigilo nos depoimentos das pessoas envolvidas nesta pesquisa, a identificação foi feita mediante as letras maiúsculas do alfabeto português. Assim, “A” representa a pessoa de Licenciatura em Teatro que já concluiu o curso. “B, C e D” são as pessoas matriculadas na Licenciatura de Matemática, “E” a pessoa que faz Engenharia da Computação e “F” a pessoa que cursa Licenciatura em Física.

Com base nos documentos consultados (Boletim, Histórico Escolar e Relatórios) onde estão demonstrados os resultados de desempenho acadêmico dos e das estudantes ex-participantes do PEPI, pode-se verificar que as notas obtidas por esses e essas estudantes revelam o bom desempenho acadêmico; embora existam algumas dessas pessoas necessitando de acompanhamento pedagógico. O acesso e a permanência ao IFCE têm-se configurado como instrumento de integração e inclusão social dessa clientela.

Quando se fala de inclusão, remete-se aos pensamentos de alguns autores e de algumas autoras, principalmente, Pena e Mantoan.<sup>206</sup> Para esta autora, “inclusão é estar com, é interagir com o outro”. Esse interagir é exatamente o que vem acontecendo entre estudantes de diversas classes sociais que convivem e se inter-relacionam em prol dos mesmos ideais, fazendo com que o aprendizado possa se construir mediante essa interação.

O IFCE tem procurado fortalecer os seus espaços educacionais, a fim de torná-los favoráveis à inclusão de pessoas que se encontram propensas à exclusão. Para isso, tem implementado várias políticas sociais, com o intuito de viabilizar a inserção dessas pessoas; tanto na vida acadêmica, quanto na vida profissional.

Além de oferecer ensino de qualidade, o IFCE procura firmar parcerias com diversas instituições públicas e privadas e da sociedade civil, a fim de propiciar que seu corpo discente

---

<sup>205</sup> Relatório de metas alcançadas em 2013.

<sup>206</sup> Pedagoga, mestre e doutora em Educação, Professora colaboradora da Universidade Estadual de Campinas. Dedicou-se, nas áreas de pesquisa, docência e extensão, ao direito incondicional de todos os alunos e todas as alunas à educação escolar de nível básico e superior de ensino. Oficial da Ordem Nacional do Mérito Educacional no Grau de Cavaleiro – Reconhecimento à contribuição à Educação no Brasil. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/busca.do>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

realize o estágio supervisionado obrigatório, ou ainda, para que possa conseguir o seu primeiro emprego.

A política adotada pelo IFCE está em consonância com o pensamento de Pena ao enunciar que: “a inclusão social é o termo utilizado para designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos na sociedade”.<sup>207</sup> Ainda para o autor, “[...] falar de inclusão é falar de democratizar os diferentes espaços para aqueles e aquelas que não possuem acesso direto a eles”.

Nesse sentido, o termo democratização também se remete ao que o IFCE tem proporcionado por meio do PEPI, reforçando a aprendizagem dos e das estudantes para que estes e estas tenham oportunidade de concorrer com igualdade às vagas ofertadas pelas instituições de ensino superior, bem como possam adquirir competências e habilidades que lhes sejam necessárias para ingressar ao mundo do trabalho.

Ainda em relação à inclusão, vale destacar a proposição de Padilha sobre o que é incluir socialmente. Segundo a autora, incluir “é dar condições, pensar estas condições, planejá-las e replanejá-las. Para incluir é preciso ter uma visão crítica de mundo, estudar o mundo, reconhecer-se parte dele – produto e produtor da cultura”.<sup>208</sup>

Assim, para que os e as estudantes possam permanecer em seus cursos, tendo mais tempo para se dedicar e aprofundar os estudos, o IFCE, por meio do Programa de Assistência Estudantil, vem ofertando-lhes vários auxílios como transporte, alimentação, moradia, óculos, e o programa de auxílio formação.

Vale destacar ainda, o auxílio mães e pais que é concedido aos e às estudantes que têm filhos e filhas menores de seis anos, ou que têm alguma deficiência. Conforme está exposto no Art. 6º, inciso VI, da Resolução Nº 052. “Auxílio Discentes Mães/Pais– subsidia despesas de filho(s) e filha(s) de até seis anos de idade ou com deficiência, sob sua guarda, sendo permitida a concessão para dois filhos ou duas filhas, no período de um ano”.<sup>209</sup>

<sup>207</sup> PENA, Rodolfo F. Alves. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

<sup>208</sup> PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas/SP: Autores Associados, 2013 - Coleção educação contemporânea. p. 108.

<sup>209</sup> RESOLUÇÃO Nº 052 – 2016 RAE – Outubro 2016. p. 4. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/caucaia/menu/assitencia-estudantil/servico-social/resolucao-no-052-2016-rae-outubro-2016.pdf/view>>. Acesso em: 15 jan. 2018.

O programa de auxílio formação é o que tem maior destaque, configurando-se como o mais importante de todos, porque além de ser considerado como uma fonte de renda, ainda contribui para a formação acadêmica e profissional dos e das estudantes. Para ter acesso a esse auxílio, os e as estudantes devem participar de edital<sup>210</sup>, semestralmente.

O edital é destinado à formação de cadastro de reserva, pois as vagas são limitadas; por isso, é imprescindível que os e as estudantes se inscrevam no programa e fiquem aguardando enquanto surge uma vaga. Conforme consta no edital, o objetivo do auxílio formação é:

Ampliar as condições de permanência e apoio à formação acadêmica dos e das discentes regularmente matriculados e matriculadas no IFCE Campus Fortaleza, por meio de auxílios, em forma de pecúnia, na perspectiva de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e prevenir situações de retenção e evasão decorrentes de vulnerabilidade social.<sup>211</sup>

Os e as estudantes que forem contemplados com auxílio formação, obrigatoriamente, devem exercer atividades concernentes à área de sua formação, sob a orientação de profissionais habilitados, não podendo, em hipótese alguma, desenvolver trabalhos administrativos ou similares. A jornada laboral de cada auxiliado e auxiliada não deverá ultrapassar a que está estabelecida no edital, conforme o enunciado:

Os alunos selecionados e as alunas selecionadas deverão desenvolver atividades em espaços do IFCE que estejam diretamente relacionados com o curso no qual o ou a discente está matriculado e serão acompanhados e orientados, acompanhadas e orientadas por servidores e servidoras do *campus*. Os espaços considerados aptos para o desenvolvimento das atividades são laboratórios, oficinas, projetos sociais, de extensão e de ensino. A carga horária que os e as estudantes deverão cumprir será a seguinte: 16 horas semanais para alunos e alunas de cursos regulares de um turno e 12 horas semanais para alunos e alunas de cursos regulares de dois turnos. Os e as discentes deverão exercer as atividades no contra turno do horário das suas aulas, de forma a não prejudicar o seu desempenho acadêmico.<sup>212</sup>

Para os e as estudantes que são monitores e monitoras do PEPI, o auxílio formação tem um importante significado, pois além de complementar a renda familiar dessas pessoas, caracteriza-se como início da vida profissional desses e dessas estudantes. Segundo a

<sup>210</sup> EDITAL DO PROGRAMA DE AUXÍLIO. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/acesso-rapido/concursos-publicos/editais/ensino/assistencia-estudantil/campus-fortaleza/edital-02-2017-formacao-de-cadastro-de-reserva-no-auxilio-formacao.pdf/view>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

<sup>211</sup> EDITAL DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA AUXÍLIO FORMAÇÃO Nº 02/2017. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/noticias/abertas-inscricoes-para-auxilio-formacao-1>>. Acesso em: 13 out. 2017.

<sup>212</sup> EDITAL DE FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA AUXÍLIO FORMAÇÃO Nº 02/2017. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/fortaleza/noticias/abertas-inscricoes-para-auxilio-formacao-1>>. Acesso em 13 out. 2017.

estudante B<sup>213</sup>, o PEPI serviu de base para seu ingresso na faculdade e como experiência para sua vida profissional.

Essa estudante revelou que, quando soube da publicação do edital para monitoria, logo se inscreveu a fim de concorrer à vaga. Estava bastante motivada, porque sabia da importância da atividade para o seu crescimento pessoal e profissional. “O que me motivou a participar desse projeto é que além de passar o conhecimento para outras pessoas, eu sabia que ia ter oportunidade de adquirir mais conhecimentos, eu ia aprender muito mais”.<sup>214</sup> A estudante B é monitora do PEPI desde 2013, ministrando a disciplina de Matemática; considerada, segundo os processos em que foi avaliada<sup>215</sup>, como uma excelente monitora.

As outras pessoas C e F são monitoras no PEPI há menos de um ano, mas já é visível a satisfação por estarem compartilhando saberes e contribuindo com a aprendizagem dos e das participantes do Programa. Esse sentimento foi manifestado pelo estudante C, ao falar de sua experiência como monitor: “está sendo muito proveitosa e compensadora minha participação no Pré-ENEM, pois ao mesmo tempo em que ensino; recebo algo em troca, enfim, há uma troca de saberes.”<sup>216</sup> E ainda acrescentou: “A experiência profissional que estamos adquirindo nesse projeto tem grande importância, nos torna mais aptos para desenvolvermos trabalhos futuros”.

Os saberes adquiridos estão contribuindo para a permanência e a convivência exitosa dos e das estudantes que, sem muitas dificuldades, têm-se adaptado ao novo regime e às novas exigências dos cursos de nível superior ofertados pelo IFCE, bem como o desafio de concluir os cursos no período de tempo predefinido no Regulamento da Organização Didática (ROD).

Os monitores e as monitoras vêm sendo preparados e preparadas pedagogicamente, na perspectiva de se tornarem agentes inovadores e transformadores da sociedade. Estão desenvolvendo atividades que apresentam resultados bastante satisfatórios. Mesmo sendo a primeira experiência profissional de E e F, estes demonstraram que pedagogia também se faz nas relações, desde que se tenha compromisso, interesse e que haja motivação.

Ascender profissionalmente é o sonho de todos e todas que fazem o PEPI. Esse desejo foi demonstrado mediante o depoimento de um dos monitores que participou do projeto em 2011:

---

<sup>213</sup> Relatório das metas alcançadas pelo PEPI em 2013.

<sup>214</sup> Relatório das metas alcançadas pelo PEPI em 2013.

<sup>215</sup> Resultado da avaliação dos monitores do PEPI em 2013.

<sup>216</sup> Relatório de avaliação dos resultados alcançados pelo PEPI em 2014.

Considero uma das melhores e mais construtivas experiências que já participei. Aprendi a lidar com as mais variadas situações. Cada tempo que passa, adquirei mais experiência e isso prova que existe um excelente amadurecimento para a minha formação profissional. Tento me esforçar o máximo para fazer o melhor, porque quero ser um profissional realizado e reconhecido pela sociedade.<sup>217</sup>

É por meio de depoimento como esse, que se percebe o comprometimento dos futuros profissionais em busca de melhorias para a qualidade do ensino que está sendo ofertado; com a perspectiva de uma educação que seja capaz de transformar vidas e propiciar o crescimento pessoal e profissional de todas as pessoas, ou melhor, oportunizando para que todas sejam incluídas socialmente.

Ainda referendando o que foi exposto, seguem outros depoimentos dos monitores B e E, que expressam sentimentos positivos em relação ao PEPI:

Vejo que o meu trabalho tem uma grande importância. Sinto que com o seu desenvolvimento, os alunos e as alunas passam a ter possibilidade de progredir na vida. Acredito que em virtude do PEPI estar relacionado com tantas pessoas que têm uma vida atribulada, você acaba desenvolvendo estratégias que facilitam o processo de aprendizagem. Você tenta buscar soluções que sejam capazes de melhorar o desempenho dos alunos e das alunas que, muitas vezes estão distantes em relação ao seu futuro.

É gratificante ver que muitos e muitas estudantes tiveram resposta boa em termos de aproveitamento. Também o fato de lidar com pessoas mais velhas do que eu, me fez perceber uma pessoa mais experiente, mais madura.

A oportunidade de participar do PEPI como aluno e depois como monitor facilitou muito para que eu seja um profissional comprometido. A cada dia procuro me avaliar, a fim de compensar certas dificuldades que encontrei enquanto aluno e que não me fazia entender durante as aulas. Esta experiência trouxe-me a convicção de que, apesar dos professores serem tão desvalorizados em termos salariais; gostaria de seguir a profissão, ser professor de jovens e adultos.<sup>218</sup>

Esses dois monitores têm contribuído bastante para a melhoria dos resultados do PEPI. Os monitores B e E, além de terem oportunidade de conhecer de perto o contexto e a realidade dos e das estudantes oriundos e oriundas de escolas públicas, são agentes de transformação, servindo de exemplo para as pessoas da comunidade onde estão inseridos.

As atividades que essas pessoas têm realizado no PEPI, desenvolvem o senso de responsabilidade e criam laços de amizade e de conquista. Despertam nos e nas participantes mais interesse em adquirir uma formação que seja compatível com a área de sua preferência, e ainda contribuam para a escolha da profissão.

Desse modo, ao analisar o histórico e o boletim dos e das estudantes, ex-participantes do PEPI, iniciando pelo estudante A, constatou-se que o mesmo cumpriu toda a carga horária

<sup>217</sup> Relatório das metas alcançadas pelo PEPI em 2011.

<sup>218</sup> Relatório das metas alcançadas pelo PEPI em 2013.

exigida para a integralização do curso, em tempo hábil. Obteve coeficiente de rendimento acima de nove e não houve registro de reprovação. Constatou-se também que A teve um excelente aproveitamento nos estudos, inclusive no trabalho de conclusão de curso, apresentando, portanto, um bom desempenho acadêmico.

O histórico escolar de B mostrou que essa pessoa também obteve notas muito boas na maioria dos componentes curriculares; apesar de ter tido duas reprovações: uma em Cálculo II, e a outra em Mecânica Newtoniana, pois as notas desses componentes foram inferiores a média exigida no ROD.<sup>219</sup>

Os outros e as outras estudantes que ingressaram no Ensino Superior do IFCE, ex-participantes do PEPI, apresentaram situações que mereceram um pouco de cuidado; tanto em termo de assiduidade, quanto de aprendizagem.

O estudante C que cursa Licenciatura em Matemática, apesar de seu histórico apresentar 100% de frequência, possui quatro reprovações; algumas de suas notas estão abaixo da média. Já o estudante E, do Curso Bacharelado em Engenharia de Telecomunicações, apresentou duas reprovações por nota, ou seja, as duas notas foram inferiores a média e três reprovações por falta. Essa pessoa encontra-se em situação crítica, necessitando de orientação e acompanhamento técnico-pedagógico.

O estudante F que cursa Licenciatura em Física vem apresentando um bom desempenho acadêmico, não há registro de reprovação em seu histórico escolar. Desde que assumiu a monitoria do PEPI, é avaliado como um excelente profissional; tem obtido sempre nota máxima em todas as avaliações realizadas.

Vale destacar, ainda, o depoimento de um dos monitores do PEPI, que vem atuando desde 2011:

Participar do projeto PEPI foi umas das maiores experiência que já tive em minha história como estudante de matemática. Em 2011, quando cursava o 3º semestre de Licenciatura em Matemática e trabalhava como frentista em posto de gasolina, surgiu à oportunidade de assumir a vaga da monitoria de matemática no PEPI, iniciando assim, meu primeiro contato com a sala de aula. De imediato, o interesse pelo projeto e os momentos vivenciados fizeram parte da minha vida, já que todos os alunos e todas as alunas do projeto eram oriundos e oriundas de escola pública, uma vez que, também sempre estudei em escola pública. Iniciou-se assim, o prazer em ensinar e ao mesmo tempo poder proporcionar um novo caminho de oportunidades a outras pessoas, construindo uma carreira profissional e cidadã com base em aprovações em vestibulares, processos seletivos e situações vivenciadas

---

<sup>219</sup> A MÉDIA exigida para aprovação nos cursos superiores do IFCE é igual ou superior a sete. ROD. 2015. p. 26. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/espaco-estudante/regulamento-de-ordem-didatica/arquivos/rod-2015.pdf>>. Acesso em: 04 ago. 2017.

dentro do projeto. Fazer parte desta ação foi poder retribuir o que o IFCE e Projeto PEPI fizeram por mim, ao mesmo tempo em que estava atuando como monitor de matemática, eu estava ali sendo preparado para futuras aprovações em concursos dentro da minha área. Não demorou muito para que os frutos do desempenho de professores, professoras e profissionais do IFCE começassem a aparecer, alunos sendo aprovados e alunas sendo aprovadas nas universidades e concursos, apresentando mudanças radicais em suas vidas.

Nessa perspectiva, vale destacar a importância da educação profissional e da qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras como um fator fundamental e estratégico à inserção dos e das estudantes ao setor produtivo. Conforme a compreensão de Lima:

[...] a formação e a qualificação profissional fazem parte da história do trabalho e sua realização exige daqueles e daquelas que a efetivam o domínio de certos conhecimentos e habilidades. É por isso que a qualificação dos trabalhadores e trabalhadoras é considerada um fator fundamental e estratégico, sem o qual não pode fazer frente aos desafios postos pelo paradigma produtivo que tem por base as potencialidades das novas tecnologias, compatibilizando-se, da forma mais abrangente possível, automação e flexibilidade.<sup>220</sup>

As novas tecnologias têm contribuído bastante não só para o desenvolvimento do setor produtivo, mas também para a melhoria do atendimento à população, nas áreas da saúde, educação e segurança; enfim, em todos os campos de trabalho, exigindo apenas que as pessoas sejam cada vez mais capacitadas.

---

<sup>220</sup> LIMA, Francisca das Chagas Silva. O novo paradigma técnico-produtivo e a qualificação do trabalhador. In: SOUSA, Antonia de Abreu. *Educação profissional: análise contextualizada*. SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs). Fortaleza: CEFET/CE, 2005. p. 63.



## 5 CONCLUSÃO

A procura pelo ingresso em cursos de nível superior no Brasil tem sido crescente nas últimas décadas, porém, há uma expressiva quantidade de jovens egressos e egressas do ensino médio que ainda não conseguiu verticalizar os estudos.

Existe uma discrepância entre a qualidade do ensino básico, principalmente das escolas públicas, e o nível de exigência para o ingresso no ensino superior; pois muitos conhecimentos e habilidades reflexivas que são exigidos dos candidatos e das candidatas nos processos seletivos, não foram trabalhados durante o ensino médio.

A educação brasileira ainda necessita de muitos avanços para que seja considerada uma educação inclusiva. Enquanto existir pessoas à margem do processo de ensino não se pode considerá-la como tal. A causa de tanta desigualdade está atrelada às políticas públicas que não vem sendo totalmente aplicadas em prol da inclusão social, pois ainda existem muitas pessoas que não conseguiram ascender academicamente.

Diante dos resultados apresentados nesta pesquisa, o PEPI vem procurando contribuir com a inserção dos e das estudantes da rede pública, nas faculdades e universidades. Embora o índice de aprovação seja abaixo do esperado, pois, das 334 pessoas que participaram do PEPI, apenas 13,77% conseguiram ingressar no ensino superior.

Nos anos de 2010 a 2014, entre os aprovados e as aprovadas no IFCE, a percentagem foi pouco expressiva em relação ao total de participantes do período estabelecido para esta pesquisa. Mas se levarmos em consideração que o PEPI é um projeto social, e que vem sendo realizado por estudantes que ainda se encontra em processo de formação, esse percentual representa um ganho significativo. Tanto para a formação acadêmica e profissional dos e das estudantes que estão monitores e monitoras, quanto para o desenvolvimento da aprendizagem das demais pessoas que buscam adquirir um nível de ensino mais elevado.

Com base nas notas registradas, os e as estudantes que participaram do PEPI demonstraram que há ausência de dificuldades em permanecerem nos cursos superiores do IFCE, pois apresentaram um bom desempenho em suas atividades acadêmicas, não havendo histórico de repetência e evasão.

Foi detectado que a taxa de conclusão dos ingressos e ingressas em relação à quantidade de egressos e egressas, também foi mínima, em razão da duração média dos cursos superiores que é variada, bem como o ano de ingresso dessas pessoas. Assim, apenas um dos

estudantes que ingressou no IFCE, ex-participante do PEPI, já concluiu o curso; o restante ainda está com o curso em andamento.

Os e as estudantes que participaram do PEPI estão tendo sucesso nas atividades acadêmicas, porque durante o preparatório foram revisadas todas as disciplinas, nivelando os conhecimentos às turmas. Os saberes pré-adquiridos estão favorecendo a permanência e êxito no curso superior do IFCE, equiparando o nível de conhecimento desses e dessas discentes ao nível dos e das discentes de outras instituições de ensino, inclusive, das particulares.

As ações desenvolvidas pelo PEPI são avaliadas como algo bastante positivo, pois tem funcionado como ferramenta de inclusão social, contribuindo para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal e profissional das pessoas, conforme foi constatado nos depoimentos.

O desempenho acadêmico e profissional dos e das estudantes ex-participantes do PEPI apresenta expressiva transformação de atitude nessa clientela que, ao adquirir mais conhecimentos vem contribuindo com o desenvolvimento científico e cultural. Uma vez que aquele e aquela discente que logra sucesso na sua vida acadêmica e profissional, torna-se referência no meio familiar e social, incentivando os demais membros da comunidade a também buscarem alternativas de desenvolvimento.

O PEPI revelou-se também como um espaço de reflexão e transformação para os monitores e as monitoras que estão envolvidos e envolvidas em suas ações, porque além do aprendizado e do exercício da docência, aproxima jovens de realidades diferentes. O contato com outros e outras jovens que estão buscando um lugar na academia, reforça nos monitores e nas monitoras a consciência do privilégio que vêm usufruindo, tornando-os mais responsáveis como profissionais, que para além do conhecimento técnico, possuem sensibilidade no trato afetivo com seus pares.

Por outro lado, os e as jovens que participam do projeto como estudantes se veem representados e representadas por aqueles e aquelas que já conquistaram a vaga na academia, os e as quais passaram há pouco tempo por processos seletivos, com aspirações e anseios semelhantes, fazendo com que se sintam mais motivados e motivadas a persistirem nos estudos em busca dos seus sonhos e ideais.

Outra contribuição importante, verificada no PEPI, tem sido a desmistificação do bairro Pirambu, que há alguns anos carregava o estigma de marginalizado; marca que,

inevitavelmente, recai sobre a juventude de forma perversa, a qual, às vezes, é rotulada como criminosa.

É indiscutível a importância da educação como ponte para a cidadania. Nos casos em que o Estado não se faz efetivo; projetos e programas sociais, como o PEPI que vem sendo desenvolvido pelo IFCE, são fundamentais para construção do elo entre as camadas marginalizadas e a formação acadêmica.

O PEPI também se revelou como uma estratégia eficaz para atingir a missão do IFCE de democratizar o acesso ao conhecimento técnico, científico e cultural. Além disso, adentrar as periferias significa para a instituição que nenhum “talento” deixaria de ser descoberto, por estar impedido por barreiras sociais.

A pesquisa mostrou-se relevante na medida em que resgatou o histórico e os resultados da construção de um programa social, que teve como semente um projeto mantido por voluntários, tornando-se uma referência de inclusão social por meio da educação. E ainda colocar em evidência os resultados das ações que são realizadas no dia a dia do IFCE, que, muitas vezes permanecem anônimas, significa fortalecê-las.



## REFERÊNCIAS

- ADIRON, Fábio. *Receita de inclusão?* Publicado em 21 out. 2016. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/receita-de-inclusao/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.
- ARRUDA, José Maria. *Quem mexeu no meu picolé?* Jornal O POVO - Coluna OPINIÃO. Publicada em: 24 abr. 2004. Memorial Alegrete. Disponível em: <<https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/05/10-ze-de-william.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.
- AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. 2. Ed. Ampl. - Campinas. Coleção polêmicas do nosso tempo. Vol. 56. São Paulo: Autores Associados, 2001.
- BARBOSA, Eduardo. CIBEC/MEC *Inclusão*: Revista da Educação Especial. V. 1, n. 1, out. 2005. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.
- JBARI, Valéria. *Leitura escolar e histórias em quadrinhos*: fruição intelectual, criatividade e formação de gostos de leitores. Disponível em: <<http://www2.eca.usp.br/nonaarte/ojs/index.php/nonaarte/article/view/17>>. Acesso em: 16 mar. 2017.
- BARRETTA, Emanuele Moura; CANAN, Silvia Regina. *Políticas públicas de educação inclusiva: avanços e recuos a partir dos documentos legais*. IX ANPEDSUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em: <[http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado\\_e\\_Politica\\_Educacional/Tra balho/01\\_07\\_47\\_173-6553-1-PB.pdf](http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Estado_e_Politica_Educacional/Tra balho/01_07_47_173-6553-1-PB.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2017.
- BARROS, Jussara. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/educacao/inclusao-social>>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- BETONI, Camila. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/inclusao-social/>>. Acesso em: 20 abr. 2017.
- BÍBLIA Sagrada.
- BOFF, Leonardo. *Saber Cuidar: ética do humano - compaixão pela terra*. 8. Ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9394/1996. Brasília, Art. 3º, inciso I. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.
- CARTA de serviços ao cidadão. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/arquivos/carta-de-servicos-ao-cidadao-2017.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2017.
- CAVALCANTE, Meire. *Inclusão promove a justiça*. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/902/inclusao-promove-a-justica>>. Acesso em: 28 fev. 2017.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO – Seção 3. Nº 117, quinta-feira, 20 de junho de 2013 – ISSN 1677-7069. Disponível em:

<<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=20/06/2013&jornal=3&pagina=39&totalArquivos=240>>. Acesso em 27 jul. 2017

DUTRA, Cláudia Pereira; GRIBOSKI, Cláudia Maffini; ALVES, Denise de Oliveira; BARBOSA, Kátia Aparecida Marangon. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília. Secretaria de Educação Especial/MEC, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>> e <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

DUTRA, Giselle. Pirambu, em Fortaleza, é 7º maior aglomerado do país, diz IBGE. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/pirambu-em-fortaleza-e-7-maior-aglomerado-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

EDUCAÇÃO, Ministério. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/aceso-a-informacao/Institucional>>. Acesso em: 21 jul. 2017.

FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. Tradução de Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martin. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GABRILLI, Mara. *Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e o acesso à educação*. Disponível em: <<http://diversa.org.br/artigos/lei-brasileira-de-inclusao-lbi-e-o-aceso-a-educacao/>>. Acesso em: 07 fev. 2017.

GRIBOSKI, Cláudia Maffini. CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

HADDAD, Fernando. CIBEC/MEC Inclusão: *Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

LAPLANE, Adriana Lia Friszman de. Notas para uma análise dos discursos sobre inclusão escolar. In GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Friszman de (orgs). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013. – Coleção educação contemporânea.

LDBEN, Art. 4º, inciso III (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

LIMA, Francisca das Chagas Silva. O novo paradigma técnico-produtivo e a qualificação do trabalhador. In: SOUSA, Antonia de Abreu. *Educação profissional: análise contextualizada*. SOUSA, Antonia de Abreu; OLIVEIRA, Elenilce Gomes de (Orgs) – Fortaleza: CEFET-CE, 2005.

LODI, Lucia Helena. *Ética e cidadania: construindo valores na escola e na sociedade*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED, 2003.

MADEIRA, Maria das Graças de Loiola. *Recompondo memórias da educação: a Escola de aprendizes Artífices do Ceará (1910 – 1918)*. Fortaleza: Gráfica do CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 1999.

MALAQUIAS, Bruno Pires. *O analfabetismo digital*. IBDI, 2003. Disponível em: <<http://www.ibdi.org.br/site/artigos.php?id=159>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

MANTOAN, Maria Teresa Égler. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. In: CIBEC/MEC *Inclusão: Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

MARTINEZ, Paulo. *Direitos de cidadania: um lugar ao sol*. São Paulo: Scipione, 1996.

MARTINS, José de Souza. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MENEZES, Ebenezer Takuno. *O método freiriano*, 01/01/2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/metodo-freireano/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

MOROSONI, Marília Costa. Internacionalização da Educação Superior no Brasil pós-LDB: o impacto das sociedades tecnologicamente avançadas. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

MOUTA, Walynsson. *Um bairro muito amado por seus moradores*. Disponível em: <<http://pirambunews.com.br/2017/01/13/pirambu-um-bairro-muito-amado-por-seus-moradores>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

OLIVEIRA, 2008. O Pirambu Digital é um empreendimento socioeducacional e cultural comunitário, baseado em princípios da economia solidária, decorrente da parceria entre o

CEFET Ceará e o Movimento EMAÚS. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbie-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbie-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

OLIVEIRA, João Ferreira de; CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; AZEVEDO, Mário Luiz Neves de. Democratização do acesso e inclusão na educação superior no Brasil. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

OLIVEIRA, Mauro. PROJETO FORMAÇÃO CIDADÃ O Sonho de Renata! Jornal Diário do Nordeste, Caderno de Informática – 11 set. 1995. Memorial Alegrete. Disponível em: <<https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/05/10-ze-de-william.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

OLIVEIRA, Mauro; TONIETO, Márcia; FAUSTINO, Joviniano; MARIANO, Ana. *Pirambu Digital Inclusão Social com Tecnologia Digital*. 2008. Disponível em: <[https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza\\_sbie-pirambu\\_digital.pdf](https://amauroboliveira.files.wordpress.com/2011/06/2008-12nov-fortaleza_sbie-pirambu_digital.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2017.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. O que fazer para não excluir Davi, Hilda, Diogo... In GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (orgs.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 4. Ed. ver. Campinas, SP: Autores Associados, 2013 – Coleção educação contemporânea.

PAULON, Simone Mainieri; FREITAS, Lia Beatriz de Lucca; PINHO, Gerson Smiech. *Documento subsidiário à política de inclusão*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda. *Inclusão social na educação superior*, texto apresentado originalmente no 1º Seminário Internacional de Educação Superior dos Países de Língua Portuguesa, ocorrido em maio de 2009, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Encontra-se no prelo, para ser publicado como capítulo da Enciclopédia de Educação Superior nos Países de Língua Portuguesa, organizado por Marília Costa Morisini (PUC/RS). Disponível em: <<http://www.gpec.ucdb.br/serie-estudos/index.php/serie-estudos/article/viewFile/157/198>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

PENA, Rodolfo F. Alves. *Inclusão social*. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/educacao/inclusao-social.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

PEREIRA, Danilo Moura; SILVA, Gislane Santos. *As Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) como aliadas para o desenvolvimento*. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/884/891>>. Acesso em 12 maio 2017.

PEREIRA, José Matias. *Políticas públicas de educação no Brasil: a utilização da EaD como instrumento de inclusão social*, 2008. Disponível em: <<https://jotmi.org/index.php/GT/article/view/art79/544>>. Acesso em 28 fev. 2017.

PIRAMBU, em Fortaleza, é 7º maior aglomerado do país, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2011/12/pirambu-em-fortaleza-e-7-maior-aglomerado-do-pais-diz-ibge.html>>. Acesso em: 10 mar. 2017.

POCHAMANN, Marcio, [et. al.], (organizadores). *Atlas da exclusão*, volume 5: agenda não liberal da inclusão social no Brasil. São Paulo: Cortez, 2005.

RELATÓRIOS de metas alcançadas em 1993 e 1994.

RELATÓRIOS de metas alcançadas em 2002, 2003 e 2004.

RELATÓRIO de metas alcançadas em 2014.

RIBEIRO, Vagno Batista. *Apostes conceituais sobre a dialética inclusão/exclusão: possibilidades de convivência com a diversidade no espaço escolar*. São Leopoldo: EST/PPG, 2012.



ROCHA, Heloisa de Paula Pessoa; RODRIGUES, Rui Martinho. Políticas de cotas para o ingresso das pessoas com deficiência nas universidades públicas e sua consonância com os preceitos da Carta Magna. In: ANDRIOLA, Cristiany Gomes [et. Al] *Faroleiros da Educação: lançando luzes sobre o ensino superior*. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

RODRIGUES, David. Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva. In: CIBEC/MEC *Inclusão: Revista da Educação Especial*. V. 1, n. 1 (out. 2005) Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

RODRIGUES, Neidson. *Da mistificação da escola à escola necessária*. São Paulo: Cortez, 1998.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *A educação obrigatória: seu sentido educativo e social*. Porto Alegre: ArtMed, 2001 trad. Jussara Rodrigues.

SEIFFERT, Otília Maria Lúcia Barbosa; HAGE, Salomão Mufarej. Políticas de Ações Afirmativas para a Educação Superior no Brasil: da intenção à realidade. In: BITTAR, Mariluce; OLIVEIRA, João Ferreira de; MOROSINI, Marília (Org.) *Educação superior no Brasil – 10 anos pós-LDB*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2. Ed., 10. reimpressão. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 8. n 16, jul/dez 2006.

TEIXEIRA, Cristina. *Educação e inclusão social? Os limites do debate sobre o papel da escola na sociedade contemporânea* SBS – XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA GT 03 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15982635-Sbs-xii-congresso-brasileiro-de-sociologia-gt-03-educacao-e-sociedade.html>>. Acesso em: 08 fev. 2017.